



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ARTHUR MARCELL CAMPOS ARRUDA

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: ANÁLISE DOS ARGUMENTOS
UTILIZADOS POR PARLAMENTARES EM DEFESA DO PROJETO DE LEI
7180/14**

CAMPINA GRANDE – PB

2023

ARTHUR MARCELL CAMPOS ARRUDA

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: ANÁLISE DOS ARGUMENTOS
UTILIZADOS POR PARLAMENTARES EM DEFESA DO PROJETO DE LEI
7180/14**

Trabalho de conclusão do Curso de Bacharel
em Psicologia da Universidade Estadual da
Paraíba

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Thelma Maria Grisi Veloso

CAMPINA GRANDE – PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A779m Arruda, Arthur Marcell Campos.

O movimento Escola sem Partido [manuscrito] : análise dos argumentos utilizados por parlamentares em defesa do Projeto de Lei 7180/14 / Arthur Marcell Campos Arruda. - 2023.

84 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Thelma Maria Grisi Veloso, Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS. "

1. Escola sem Partido. 2. Psicologia Social. 3. Ideologia de gênero. 4. Análise do discurso. I. Título

21. ed. CDD 150.195

ARTHUR MARCELL CAMPOS ARRUDA

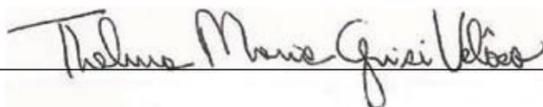
**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: ANÁLISE DOS ARGUMENTOS
UTILIZADOS POR PARLAMENTARES EM DEFESA DO PROJETO DE LEI
7180/14**

Trabalho de conclusão do Curso de Bacharel
em Psicologia da Universidade Estadual da
Paraíba

Área de concentração: Psicologia Social

Aprovada em: 03/02/2023

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Thelma Maria Grisi Veloso (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)


Prof. Dra. Jussara Natália Moreira Bélens de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a minha mãe, que, apesar das dificuldades, sempre se mostrou resiliente e não mediu esforços para cuidar de nós e nos ensinar a seguir adiante.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Adriana, um exemplo de mulher guerreira e de fibra, que sempre me ensinou a sorrir e a acreditar nos meus sonhos. Você é minha heroína.

Aos meus irmãos, Arilayne, Alice e Antony, que estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida e me ensinaram a amar, dividir e lutar. Amo vocês incondicionalmente.

Aos meus preciosos sobrinhos, Ravy, Lucas, Joana e Joaquim, que iluminam o meu caminho e renovam minhas energias para superar os desafios. Vocês são a razão da minha vida e de todas as minhas conquistas.

À minha companheira, Lorena Bandeira, pelo amor, pelo companheirismo, pelo apoio e pelo incentivo. Obrigado por tanto e por deixar a minha vida mais leve.

A todos os colegas de turma da graduação, que compartilharam comigo os inúmeros desafios enfrentados nessa jornada, sempre com o espírito colaborativo.

Aos colegas do grupo de estágio, por todas as vivências, trocas e cuidado.

À minha orientadora, Thelma Maria Grisi Veloso, pela paciência, pelo suporte, pela orientação, pela confiança, pelas oportunidades acadêmicas nos projetos de extensão, iniciação científica e grupo de estudos, pelo incentivo e por todas as vivências proporcionadas.

Aos professores Pedro de Oliveira Filho e Jussara Natália Moreira Bélens de Melo, participantes da banca examinadora, agradeço pela disponibilidade, pelos comentários e avaliações

A todos os professores do Curso de Psicologia da UEPB, que me acompanharam ao longo dessa trajetória, pela dedicação e pelo empenho.

A todos os que direta, ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, meus sinceros agradecimentos.

“Somos o que fazemos e, principalmente, o
que fazemos para mudar o que somos”
(Eduardo Galeano)

RESUMO

O Movimento Escola sem Partido (EsP) foi criado em 2004, pelo então Procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, com o objetivo de tipificar e repreender uma suposta doutrinação ideológica no ambiente escolar. Entretanto, só passou a ter notoriedade pública e política em 2014, com o surgimento de projetos de lei nos âmbitos federal, estadual e municipal. O objetivo desta pesquisa foi de analisar os argumentos empregados em defesa do projeto de Lei nº 7180/14 – ou Escola sem Partido (EsP) – em relatos de deputados que integraram a Comissão Especial destinada a proferir parecer para esse projeto. Para isso, investigou-se como os parlamentares contestam a educação sexual nas escolas; quais os discursos (religioso, jurídico, científico) empregados para garantir credibilidade à proposta; e como posicionam os opositores do projeto EsP. Trata-se de uma investigação qualitativa, em que se recorreu à pesquisa documental. Analisaram-se três vídeos, intitulados Discussão e votação do parecer do relatório da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que “altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”, e apensados, produzidos em datas diferentes – 04/12/2018, 05/12/2018 e 12/12/2018 – e que compõem o processo final dos trabalhos da referida Comissão. Esses relatos foram submetidos à análise de discurso, de acordo com a proposta da Psicologia Social Discursiva. Nas descrições, os deputados recorreram a uma série de recursos retóricos, visando tornar suas falas mais fidedignas. Os relatos em defesa do projeto EsP são fundamentados na ideia de que existe uma “doutrinação esquerdista”, marxista, comunista e socialista no ambiente escolar. Portanto, os parlamentares favoráveis ao projeto defendem que o ensino deve se pautar na neutralidade educacional e em um modelo de educação conteudista. A contestação da educação sexual nas escolas é baseada na crença de que há uma “ideologia de gênero” que desvirtua as crianças de seus sexos naturais e as induz a se tornarem homossexuais. O discurso religioso aparece atrelado à ideia de proteger a família tradicional cristã; o discurso jurídico é empregado para atestar que o projeto é respaldado na Convenção Americana de Direitos Humanos; e o discurso científico está presente para opor os valores científicos aos religiosos, na medida em que afirmam que a ciência, que é guiada pela objetividade e nega o lado emocional dos seres humanos, orienta o discurso dos que se opõem ao projeto, diferentemente da religião que, guiada pelos preceitos humanos, orienta a postura dos que são favoráveis ao projeto. As descrições posicionam os opositores do projeto como uma “minoría ruidosa”, atea, de esquerda e

mentirosa, em contraste com uma “maioria silenciosa”, cristã e conhecedora das necessidades educacionais dos alunos. Palavras como ‘inferno’, ‘vociferam’, ‘ateus’ e “maldita” são empregadas no discurso para desqualificar os opositores. Conclui-se que o movimento EsP, por meio de uma narrativa anticomunista, antigênero e de sua articulação com a bancada conservadora do Congresso, fomenta discursos contrários à liberdade de expressão no ambiente escolar, amplamente assegurada pela Constituição Federal (CF).

Palavras-chave: escola sem partido; psicologia social discursiva; doutrinação esquerdista; ideologia de gênero.

ABSTRACT

The Movement School without Party (SwP) was created in 2004 by the then State Attorney of São Paulo, Miguel Nagib, with the aim of typifying and rebuking a supposed ideological indoctrination in the school environment. However, it only gained public and political notoriety in 2014, through the appearance of bills at the federal, state and municipal levels. The aim of this research was to analyze the arguments used in defense of Bill of Law nº 7180/14 – or Scholl without Party (SwP) – in reports from deputies who were part of the Special Committee destined to issue an opinion for this project. For this, we investigated how parliamentarians contest sex education in schools; which discourses (religious, legal, scientific) are used to guarantee credibility to the proposal; and how the opponents of the SwP project are positioned. This is a qualitative investigation, in which documentary research was used. Three videos were analyzed, entitled Discussion and voting on the report of the Special Committee destined to issue an opinion on Bill of Law No. 7180, of 2014, by Mr. Erivelton Santana, which “amends art. 3 of Law No. 9,394, of December 20, 1996”, and appended, produced on different dates – 12/04/2018, 12/05/2018 and 12/12/2018 – and which make up the final process of the work of said Commission. These reports were submitted to discourse analysis, according to the proposal of Discursive Social Psychology. In the descriptions, the deputies resorted to a series of rhetorical resources, aiming to make their speeches more reliable. The reports in defense of the SwP project are based on the idea that there is a “leftist”, Marxist, communist and socialist indoctrination in the school environment. Therefore, parliamentarians in favor of the project argue that teaching should be based on educational neutrality and on a content education model. The contestation of sex education in schools is based on the belief that there is a “gender ideology” that distorts children from their natural sexes and induces them to become homosexuals. Religious discourse appears linked to the idea of protecting the traditional Christian family; the legal discourse is used to attest that the project is supported by the American Convention on Human Rights; and the scientific discourse is present to oppose scientific and religious values, as they affirm that science, which is guided by objectivity and denies the emotional side of human beings, guides the discourse of those who oppose the project, unlike religion which, guided by human precepts, guides the posture of those who are in favor of the project. The descriptions position the opponents of the project as a “loud minority”, atheist, left-wing and lying, in contrast to a “silent majority”, Christian and aware of the educational needs of

the students. Words such as 'hell', 'roar', 'atheists' and 'damned' are used in the speech to disqualify opponents. It is concluded that the SwP movement, through an anti-communist, anti-gender narrative and its articulation with the conservative group of Congress, encourages discourses contrary to freedom of expression in the school environment, largely guaranteed by the Federal Constitution (CF).

Keywords: school without party; discursive social psychology; leftist indoctrination; gender ideology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO 1- A PSICOLOGIA SOCIAL DISCURSIVA	21
2.1 O discurso é orientado para a ação	26
2.2 O discurso é construído e construtivo	27
2.3 O interesse pela retórica	27
2.4 Variabilidade	28
3 CAPÍTULO 2 – MÉTODO	30
3.1 Tipo de pesquisa	30
3.2 Coleta dos dados	31
3.3 Análise dos dados	32
4 CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 Como defendem o projeto Escola sem Partido	34
4.1.1 Discursos religioso, científico e jurídico utilizados para garantir legitimidade à defesa da Escola sem Partido	52
4.2 Discussão	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisamos os argumentos em defesa do Projeto Escola sem Partido (EsP), a partir da análise de falas de parlamentares favoráveis ao projeto, presentes nas três últimas reuniões de conclusão dos trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer ao projeto de Lei nº 7180, de 2014, que “altera o art. 3º da Lei nº 9.394¹ de 20 de dezembro de 1996” (BRASIL, 2014). As sessões ocorreram nos dias 04, 05 e 12 de dezembro de 2018.

O interesse em realizar esta pesquisa foi motivado pela participação, no ano de 2020, em um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), pautado na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva, que se interessou em compreender os argumentos em defesa da Nova Política Nacional de Saúde Mental e o avanço da chamada Contrarreforma Psiquiátrica nos relatos produzidos em vídeos de eventos realizados pelos representantes da Nova Política Nacional de Saúde Mental. Essa discussão sobre o desmantelamento da reforma psiquiátrica brasileira está atrelada a uma mudança de correlações de forças políticas que propiciaram o avanço de um movimento conservador e autoritário no país que contribuiu para notáveis recuos de políticas públicas e de direitos humanos. Com o intuito de continuar contribuindo com as reflexões acerca do avanço do conservadorismo no país, que põe em risco consideráveis conquistas, propomos, nesta pesquisa documental, analisar os argumentos em defesa do projeto EsP.

Com esse propósito, esta pesquisa, fundamentada na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva, foi guiada pelos seguintes objetivos específicos: identificar e analisar como os deputados contestam a educação sexual nas escolas; identificar os discursos (religioso, jurídico, científico) que são empregados para garantir credibilidade ao projeto EsP; e verificar e analisar como posicionam os adversários do projeto EsP.

¹ Art. 3º da Lei 9.394 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996).

De acordo com Miguel (2016), o movimento EsP, através de propostas legislativas, tem como principal propósito combater a inserção da educação sexual nas escolas. Para esse autor, o movimento visa impedir a reflexão crítica sobre temas como gênero e orientação sexual, que deveriam ser abordados transversalmente no ensino escolar. Comungando com esse pensamento, Amorim e Gomes (2016) afirmam que o intuito desse movimento é de redefinir o programa escolar, visando impedir que um vasto conhecimento produzido pelas ciências humanas seja incorporado ao currículo pedagógico das escolas. Para as autoras, com esse tipo de conhecimento, seria possível reinventar o que é ser homem e ser mulher e contribuir para o questionamento das hierarquias sexuais vigentes que definem as masculinidades e as feminilidades.

Em um sentido estrito, educação sexual é o nome dado ao processo que visa informar, educar e esclarecer crianças e adolescentes a respeito de questões sobre sexualidade. Para Bueno e Ribeiro (2018), a educação sexual foi um tema sempre presente nos períodos que envolvem o desenvolvimento histórico e a formação da sociedade brasileira. Com o propósito de demarcar as continuidades e discontinuidades nas políticas públicas de educação sexual perante as contingências das ações políticas em períodos de alternância de poder, é necessário abordar brevemente esses períodos históricos para situar o projeto de Lei 7180/2014 - ou projeto Escola sem Partido (EsP).

No período colonial, a educação sexual foi marcada pelo “sexo pluriétnico libidinoso entre homens” (BUENO; RIBEIRO, 2018, p. 49-50). Isso quer dizer que, em uma sociedade conservadora, patriarcal e escravagista, o senhor branco era livre para expressar alguns comportamentos sexuais. Por outro lado, era delegada à mulher uma condição de inferioridade e de submissão aos homens. Devido a isso, seu comportamento sexual era admoestado por normas, regras e condenado pela Igreja Católica. Para Di Gregório (2010), as mulheres brancas estavam subordinadas ao mando de seus pais e, posteriormente, dos maridos, e as escravas eram objetos de luxúria para satisfazer aos desejos dos sinhôs e dos sinhozinhos.

Segundo Ribeiro (2004, p. 17), no decorrer do século XIX, a educação sexual passou a ser influenciada pelo movimento médico-higienista através do “controle da sexualidade e das práticas sexuais licenciosas (originadas na Colônia), sob a normatização da moral médica”. Já nas primeiras décadas do século XX, sobretudo, a partir da década de 1920, ainda sob a influência do movimento médico-higienista, o interesse por questões referentes a uma educação para a sexualidade aumentou, entretanto, a partir de uma ótica moralista e

biologizante, caracterizada pelo “combate à masturbação e doenças venéreas, além do preparo para ser esposa e mãe. Havia, também, uma preocupação com a questão da prostituição e de uma nova ‘ordem médica e familiar’” (BUENO; RIBEIRO, 2018, p. 50, grifo dos autores).

Na visão desses autores, foi nesse contexto em que surgiram os primeiros trabalhos que defendiam a Educação Sexual nas Escolas, no entanto, com o enfoque no ensino da fisiologia sexual sob a ótica do discurso higienista. Uma das motivações dos médicos e dos educadores, na época, pautava-se na melhoria da saúde das mulheres e o aumento do conhecimento sobre seus corpos, todavia, sem a pretensão de modificar seu lugar na sociedade. Compreendemos que se tratava de uma educação sexual de cunho moralista e biológico, voltada, como já explicado, para combater as doenças venéreas, a masturbação e o preparo das mulheres para serem boas esposas e mães.

A primeira proposta nacional de uma educação sexual é datada de 1928, na qual alguns médicos desempenhavam a função de divulgar, inspecionar e fazer cumprir os princípios de higiene e educação sexual (NASCIMENTO; CHIARADIA, 2017). Em contrapartida, o movimento feminista da década de 1920, liderado pela ativista Bertha Lutz, defendia uma educação sexual com fins de proteger a infância e a maternidade (RIBEIRO, 2013).

De acordo com Rosenberg (1985, p. 12), até a década de 1960, a Igreja Católica era considerada como um dos “freios mais poderosos” para que a educação sexual fosse inserida no sistema educacional brasileiro, tendo em vista sua posição explicitamente repressiva em relação ao sexo e por ainda ter, no período, uma grande influência nas decisões referentes aos rumos da educação nacional. Segundo a autora, isso não quer dizer que nesse período não se falava de sexualidade, contudo as produções que versavam sobre o tema eram controladas com discursos específicos baseados em diretrizes da Igreja Católica. Por outro lado, Bueno e Ribeiro (2018) afirmam que, entre as décadas de 1930 e 1950, diversos autores produziram trabalhos que apontavam para uma educação sexual não conservadora.

Esse cenário começou a se modificar após a renovação pós-conciliar (Concílio Vaticano II), em 25 de dezembro de 1961, quando a Igreja Católica começou a refletir sobre sua presença no mundo moderno. Na ocasião, alguns temas delicados foram revistos, como a sexualidade, que passou a ser compreendida por vários setores da igreja com um novo significado no plano da criação divina (ROSEMBERG, 1985).

Nessa conjuntura, alguns colégios católicos e algumas escolas da rede pública desenvolveram algumas experiências progressistas em educação sexual no decorrer da década de 1960. No entanto, com a deflagração do golpe de 1964 contra o governo legalmente constituído do presidente João Goulart, essas iniciativas foram extintas, principalmente depois que a Comissão Nacional de Moral e Civismo, em 1968, mostrou-se contrária a um projeto de lei da deputada Júlia Steinbuch (MDB-RJ), que propunha a inclusão obrigatória de educação sexual nos currículos do 1º e do 2º graus.

Nesse período, foi emitido o decreto do Ato Institucional, mais conhecido como AI-5, responsável por encarregar o Ministério da Justiça de proibir qualquer texto contrário à moral e aos bons costumes. Assim, a sexualidade associada à ideia de subversão passou a ser alvo de represálias e investigações, sobretudo quando vinculada à educação de crianças e adolescentes (ROSEMBERG, 1985). No Brasil, a chegada do regime militar provocou um contexto de perdas de liberdades individuais e de manifestações da sexualidade, inclusive de restrições de liberdade para quem falasse de educação sexual (BUENO; RIBEIRO, 2018).

O período de redemocratização do país, entre 1974 e 1985, quando, progressivamente, foram ampliadas novamente as garantias individuais e a liberdade de imprensa, demarcou mais um momento da história da educação sexual no Brasil (RIBEIRO, 2014; BUENO; RIBEIRO, 2018). Para os referidos autores, alguns acontecimentos, durante esse processo, foram importantes para pautar o debate da educação sexual nas escolas: órgãos públicos passaram a assumir projetos pedagógicos direcionados a abordar conteúdos sobre sexualidade e houve o I Congresso Nacional de Educação Sexual nas Escolas, que possibilitou a abertura de diálogo com a população para falar sobre o tema. Paralelamente a esses eventos, vieram as conquistas do movimento feminista: o espaço conquistado pelas mulheres no mercado de trabalho; a liberação sexual, que rompeu com antigos tabus acerca da sexualidade; e as novas possibilidades que se abriram para as mulheres com a difusão da pílula anticoncepcional. Esses episódios potencializaram a reflexão acerca das mudanças nos conteúdos curriculares que o movimento feminista exigia.

O ano de 1996 foi considerado como outro momento importante para a história da educação sexual no Brasil (RIBEIRO, 2014; BUENO; RIBEIRO, 2018). Foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e estabelecidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documentos oficiais que têm indicações para o trabalho com a orientação sexual dentro dos chamados temas transversais. Para Barbosa, Viçosa e Folmer (2019), o objetivo dos PCNs era o de promover reflexões e discussões de especialistas junto com a comunidade escolar

como um todo, pais e responsáveis, com o objetivo de sistematizar uma ação pedagógica na atenção às questões da sexualidade. Para esses autores, a ênfase à orientação sexual como um tema transversal contribuiu para “o conhecimento e a valorização dos direitos sexuais e reprodutivos, prevenção do abuso sexual e de gravidez indesejada” (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019, p. 3).

Todavia, embora esses autores reconheçam a importância dos PCNs para a implementação de conteúdos relacionados à sexualidade nos espaços escolares, eles assinalam alguns pontos de sua ineficácia como política pública, a saber: o fato de as escolas não inserirem em seus planos pedagógicos os temas transversais; a falta de adequação dos currículos às transformações socioculturais e políticas; o avanço das práticas e dos discursos conservadores e a imposição da heteronormatividade. Altmann (2001) enuncia que alguns trechos dos PCNs apontam para uma normatização da sexualidade e que não existe uma problematização das categorias sexualidade, homossexualidade e heterossexualidade.

Outro documento importante – o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001) – que vigorou até 2010, trazia, em suas diretrizes, temas relacionados a abordagens de gênero e educação sexual, no entanto, não foi permanentemente colocado em prática, o que levou ao insucesso de seus objetivos e metas. Já no atual PNE 2014-2024, aprovado através da lei nº 13.005/2014, sequer foram citadas as questões de gênero e de sexualidade. Segundo Groff *et al* (2015), houve, no Brasil, no ano de 2014, uma série de discussões equivocadas acerca do tema gênero e sexualidade, em que a atenção não estava voltada para ampliá-los, mas para retirar essa discussão do PNE.

Some-se a isso a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2015, 2016 e 2017, que define atualmente o currículo comum e aborda o tema ‘sexualidade’ sob um viés exclusivamente biológico. Para Carvalho (2020), a orientação sexual como um tema transversal no âmbito escolar se apresentou como uma política de questionamento e de quebra de silenciamentos e tabus, gerando fortes reações das bancadas conservadoras, o que provocou a supressão da orientação sexual da BNCC. De acordo com o referido autor, esse processo está contextualizado em torno de algumas polêmicas, como a do chamado ‘*kit-homofobia*’ de 2011, uma iniciativa não governamental proposta para compor o Programa Brasil sem Homofobia do Ministério da Educação e Cultura no governo da presidente Dilma Rousseff (PT).

Em 2018, o então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro (PL-RJ), retomou a questão utilizando a expressão pejorativa ‘*kit-gay*’, para atacar seu principal

adversário, o ex-ministro da educação, Fernando Haddad (PT-SP). Recentemente, em 2019, o então chefe do Executivo, Jair Bolsonaro (PL-RJ), voltou a falar da questão para divulgar o material do Programa Conta Pra Mim, com o objetivo de incentivar os laços familiares e a alfabetização das crianças, apresentado como um *kit* diferente dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), por incentivar o hábito de leitura entre pais e filhos, com a oferta de cartilhas, vídeos e livros para as crianças e suas famílias, que priorizavam uma narrativa eleita por valores morais e religiosos, como o ‘certo e o errado’, o ‘bom e o mau’, o ‘bonito e o feio’.

Carvalho (2020) assevera que o país atravessou um período de desmonte da política voltada para a educação sexual, no ambiente escolar, através de um movimento conservador, chamado de ‘Escola sem Partido’, apoiado por pais e estudantes contrários ao que chamam de doutrinação ideológica.

O movimento Escola sem Partido (EsP) foi criado em 2004, pelo então Procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib. Em 2014, ganhou visibilidade e iniciou-se uma ofensiva para convocar parlamentares a ingressarem com projetos de lei. Na ocasião, o então deputado estadual pelo Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PSC), apresentou o PL 2974/2014 e, no mesmo ano, o vereador Carlos Bolsonaro (PRB) lançou o PL 864/2014, apresentado na Câmara Municipal da capital fluminense. Essas duas propostas objetivaram evitar uma suposta doutrinação ideológica e proibir os professores de interferirem na orientação sexual dos alunos. Em 2014, o projeto começou a ter adesão em âmbito nacional e já conta com aprovações, como a da Câmara Municipal de Campina Grande/ PB do projeto de lei 582/2017, que proíbe o ensino de “ideologia de gênero” nas escolas municipais.

Em seu site oficial, o movimento EsP afirma que foi criado “para dar visibilidade a um problema gravíssimo, que atinge a maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários”. Paralelamente se autointitula como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis”. Além disso, coloca-se à disposição para apoiar “iniciativas de estudantes e pais destinadas a combater a doutrinação ideológica (...) orientar o comportamento de estudantes e pais quanto a melhor maneira de enfrentar o problema (...) oferecer à comunidade escolar e ao público em geral análises críticas de bibliografias, livros didáticos e conteúdos programáticos (...) promover o debate e ampliar o nível de conhecimento do público sobre limites éticos e jurídicos da atividade docente” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2022).

No que remete, especificamente, ao tema educação sexual, o site conta com um artigo, assinado por Miguel Nagib, intitulado ‘Quem disse que educação sexual é conteúdo obrigatório?’, no qual o procurador apresenta dois objetivos centrais: o de “desmentir a crença generalizada de que a educação sexual é um componente obrigatório do curriculum escolar” e o de “servir de subsídio aos pais para que eles exerçam, efetivamente – recorrendo à Justiça, se necessário – o direito que lhes é assegurado pela Convenção Americana de Direitos Humanos, a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (NAGIB, 2013, não paginado).

Coura e Castro (2018) referem que, embora o movimento se coloque como independente e informal, seu caráter efetivo de organização ocorre em articulação com algumas bases parlamentares materializadas em algumas propostas de projetos de lei. No entanto, para além dos aspectos da constitucionalidade, é importante compreender as estratégias utilizadas na disputa pela opinião pública, o debate no espaço público e como o discurso do EsP vem ganhando notoriedade por alguns segmentos da sociedade civil

No âmbito federal, o movimento foi materializado com a proposição do PL 7180/2014 ou projeto Escola sem Partido, apresentado pelo Deputado Erivelton Santana (PSC-BA). O projeto EsP encontra-se em sua segunda tramitação na Câmara dos Deputados e pretende alterar o Art. 3º da Lei nº 9.394/1996, como já ressaltado, para acrescentar o seguinte inciso: “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar procedência sobre a educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas” (BRASIL, 2014).

Para legitimar essa alteração, o projeto EsP respalda-se no inciso IV do art. 12º da Convenção Americana de Direitos Humanos, estabelecida por meio do Pacto de San José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, no qual se lê: “Os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS, 1969).

O projeto EsP passou por um processo de arquivamento no ano de 2018, mas foi retomado em 2019. Em sua primeira tramitação no Congresso Nacional, foi criada a Comissão Especial destinada a debater e proferir um parecer ao PL 7180/2014, cujas últimas três reuniões foram objeto deste estudo. No entanto, após a 12ª reunião, como não atingiram o quórum, o deputado Marcos Rogério (DEM-RO), que presidia a Comissão, decidiu encerrar a sessão realizada no dia 11 de dezembro de 2018 e arquivar o projeto com a

possibilidade de ser retomado na próxima legislatura. No dia 19 de fevereiro de 2019, a pedido do deputado Alan Rick (DEM-AC), o projeto foi desarquivado na Câmara dos Deputados. De acordo com o regimento interno da Casa, isso significa que as comissões permanentes devem começar a tramitação do zero ou ser criada uma comissão especial, como foi feito em sua primeira tramitação. Caso seja criada uma nova comissão, a composição dos deputados também mudará, considerando-se a proporcionalidade da Casa. Junto com isso, serão escolhidos um novo presidente e um novo relator, e novas audiências públicas de discussão sobre o tema deverão ser convocadas.

Em relação ao PL 7180/2014, foram apensados outros 23 projetos, dos quais seis contrariam a proposição da Escola sem Partido (EsP). São eles: o PL 6005/2016, do deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), que institui o programa Escola Livre; o PL 502/2019, da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), que institui o programa Escola Sem Mordação; o PL 10997/2018, do deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), que institui a Política Nacional de Liberdade para Aprender e Ensinar; o PL 1189/2019, da deputada Natália Bonavides (PT/RN), que institui o Programa Educação Democrática; o PL 375/2019, do deputado Alexandre Padilha (PT/SP), que dispõe sobre a liberdade de opinião e pensamento, denominado de Lei Escola Livre; o PL 3741/2019, da deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS), que cria o Programa Escola sem Discriminação de educação para o combate à violência contra LGBTs, voltado para professores de instituições públicas; e o PL 4961/2019, do deputado Denis Bezerra (PSB/CE), que determina que os estabelecimentos de ensino incluam, em seus regimentos e estatutos, normas de valorização da diversidade cultural, social e de combate a qualquer forma de discriminação (BRASIL, 2016; BRASIL, 2018; BRASIL, 2019).

As demais proposições “apensadas” tratam de matéria idêntica ou correlata ao PL Escola sem Partido. Dentre esses projetos, sete tratam objetivamente sobre o Ensino Sexual nas escolas: o PL 7181/2014, do deputado Erivelton Santana (PSC/BA), que dispõe sobre a fixação de PCN em lei, com vigência decenal, e acrescenta, no §1º do seu art. 1º, que os PCN respeitarão as convicções dos alunos, de seus pais e responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas; o PL 867/2015, do deputado Izalci (PSDB/DF), em cujas diretrizes e bases da educação nacional inclui o programa Escola sem Partido. Esse projeto justifica a inclusão do EsP e afirma que professores e autores de livros didáticos utilizam o âmbito escolar para conseguir adesão de estudantes às suas pautas políticas e ideológicas, a fim de que o alunado apresente padrões

de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com o que é ensinado por seus pais ou responsáveis; o PL 5487/2016, do deputado professor Victório Galli (PSC/MT), que institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que versem sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes; o PL 10577/2018, do deputado cabo Daciolo (PATRI/RJ), que pretende proibir a disseminação da “ideologia de gênero” nas escolas do Brasil; o PL 10659/2018, do deputado delegado Waldir (PSL/GO), para vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou “ideologia de gênero” nas escolas; o PL 8933/2017, do deputado pastor Eurico (PATRI/PE), que dispõe que o ensino de educação sexual só será ministrado ao aluno mediante autorização dos pais ou responsáveis legais; e o PL 258/2019, do deputado pastor Eurico (PATRI/PE), que dispõe sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis legais, dando procedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa (BRASIL, 2014; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016; BRASIL, 2017; BRASIL, 2018, BRASIL, 2019).

No momento, o projeto aguarda a criação de Comissão Especial temporária para a apreciação. Outro projeto relacionado ao movimento Escola sem Partido também foi apresentado ao Congresso Nacional – o PL 246/19, da deputada Bia Kicis (PSL-DF), que permite que alunos gravem as aulas de seus professores e impede a organização de grêmios estudantis (BRASIL, 2014; BRASIL; 2019).

No Brasil, assiste-se, nos últimos anos, a um claro desmonte das políticas vinculadas à Educação com os cortes orçamentários, a perseguição aos professores acusados de disseminar o “marxismo cultural” e o esvaziamento das discussões sobre gênero e orientação sexual nos planos de educação e base curricular, além de um crescente aumento de discursos e práticas conservadoras que denunciaram uma suposta doutrinação ideológica responsável por estimular uma sexualização precoce e, até, de realizar propaganda incentivando a homossexualidade. Para os defensores do movimento EsP, a escola não poderia tratar de conceitos que estariam em conflito com as convicções religiosas e morais dos estudantes ou de seus pais.

Considerando o exposto, esta pesquisa se justifica por procurar compreender o processo de legitimação argumentativa do movimento Escola sem Partido e como as construções discursivas dos defensores desse movimento validam e qualificam uma forma de compreender a realidade, isto é, quais os argumentos utilizados e quais seus efeitos de sentido. Entendemos, portanto, que a propagação do movimento EsP, em todos os setores da

sociedade civil, sobretudo no Legislativo, só é possível mediante condições discursivas produzidas em contextos específicos.

Assim, com base nessas considerações, pretendemos contribuir para a produção e a sociabilização do conhecimento acerca dos argumentos acionados pelos parlamentares na defesa do projeto EsP e compreender as construções discursivas de determinados atores e grupos sociais que objetivam atacar a liberdade de expressão no âmbito escolar, sobretudo, no que diz respeito à questão de gênero e de orientação sexual. Desse modo, esperamos, junto com outras produções acadêmicas, contribuir com a construção de uma Educação eticamente comprometida com uma sociedade mais justa, igualitária, livre de preconceitos e tabus e que respeite as diferenças.

Vale salientar que a vitória de Lula (PT-SP), na última eleição para presidente, representou o isolamento político de Bolsonaro (PL-RJ) e fortaleceu as instituições democráticas. Essa vitória representa a retomada da construção das políticas públicas, como, por exemplo, a pretensão de recriar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secad) no Ministério da Educação (MEC), que criou a cartilha ‘Escola sem Homofobia’ e priorizava a elaboração de políticas para reduzir as desigualdades educacionais com equidade e respeito às diferenças. Portanto, inferimos que o atual Governo Federal norteará suas políticas respeitando os princípios constitucionais e deverá proporcionar espaços de discussão sobre gênero e orientação sexual nas escolas públicas. Todavia, as marcas dos caminhos políticos percorridos nos últimos anos, com o desmonte do Estado e das políticas públicas e o estímulo aos discursos de ódio contra as diferenças serão um desafio para o Governo recém-eleito. O presidente Lula (PT-SP) enfrentará uma oposição dura, uma vez que as bancadas bolsonaristas foram eleitas tanto na Câmara quanto no Senado, terá que lidar com a aproximação dos militares da política e lidará com uma sociedade marcadamente polarizada e com segmentos civis radicalizados.

No que diz respeito à estrutura, esta monografia foi organizada da seguinte maneira: o Capítulo 1, intitulado ‘A Psicologia Social Discursiva’, apresentou as principais influências teórico-metodológicas para a formação dessa abordagem e os tópicos centrais que guiam sua proposta analítica. O Capítulo 2 discorreu sobre o método, as etapas necessárias para a realização da pesquisa, a definição do tipo de pesquisa e a coleta e a análise dos dados. O Capítulo 3 apresentou os resultados obtidos a partir da análise do material e uma discussão teórica que contempla os temas surgidos nas descrições dos parlamentares. Por fim, apresentaremos as considerações finais da pesquisa.

2 CAPÍTULO 1 – A PSICOLOGIA SOCIAL DISCURSIVA

A perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva, proposta por psicólogos sociais ingleses, localiza-se em um movimento epistemológico, presente nas últimas quatro décadas, no qual a Psicologia, junto com outras disciplinas das ciências humanas e sociais, vem reconhecendo o papel da linguagem na construção do psiquismo humano e das relações sociais (OLIVEIRA FILHO, 2013). No decorrer do texto, iremos apresentar as principais contribuições dessa abordagem. Para isso, é necessário oferecer uma explanação acerca das principais influências teórico-metodológicas que contribuíram para sua formação.

Nos últimos anos do século XX, uma série de diálogos, na comunidade acadêmica, iniciou um processo de questionamentos sobre os pressupostos positivistas relativos à natureza da verdade científica, à objetividade e ao conhecimento neutro (GERGEN, 2001). Para o referido autor, esse movimento deu origem ao que hoje é denominado de ‘orientação social construcionista’, que propiciou inovações em diversas áreas do conhecimento e o desenvolvimento de novas práticas na área social.

Uma das linhas críticas desse movimento, que contribuiu para o desenvolvimento da Psicologia Social Discursiva, gira em torno da concepção de linguagem como representação. Para Gergen (2001, p. 4, tradução nossa), a visão positivista da ciência estava comprometida com uma ideia de que a linguagem funcionava como uma imagem ou espelho da natureza. Entretanto, a partir da teoria semiótica, “a atenção foi atraída para as várias maneiras pelas quais as convenções da linguagem precedem todas as reivindicações do conhecimento”. O referido autor afirma que “as palavras não são mapas ou imagens do mundo como ele é, mas formas de representar o mundo dentro de comunidades particulares”. Para clarificar a questão, ele exemplifica dizendo que aquilo que o agente discursivo pode corriqueiramente indexar como “uma pessoa” pode ser descrito de outras formas, como “um mamífero, um sistema vivo, um pai, um esquizofrênico ou um pecador”, a depender da comunidade linguística em que o discurso está sendo produzido.

De acordo com Gergen (2001), essas contribuições fundamentaram a compreensão do conhecimento como socialmente construído.

A produção do conhecimento é entendida, então, como um processo social que invariavelmente reflete os valores, pressupostos e modos de vida da época e da cultura. Ou, de maneira mais geral, o que consideramos verdadeiro em oposição a falso, objetivo em oposição a subjetivo,

científico em oposição a mitológico, racional em oposição a irracional, moral em oposição a imoral é criado pela atividade comunitária. Isso não elimina de forma alguma a importância das reivindicações de verdade, mas convida ao conhecimento do tempo, lugar e comunidades para quem elas têm valor (ou não) (GERGEN, 2001, p. 5, tradução nossa).

Ressaltamos, com base nessas ideias, que a epistemologia construcionista enfatiza um duplo caráter da linguagem, isto é, é construída historicamente e construtora da realidade (RASERA, 2013). Logo, essa perspectiva demarca uma ruptura com o modelo de ciência tradicional, ao se opor aos pressupostos das vertentes representacionistas e definir novos métodos de investigação a partir de um ponto de vista pragmático da linguagem. Sendo assim, proporciona uma nova concepção de realidade, ao destacar que o conhecimento é socialmente construído e de que a linguagem é uma forma de agir no mundo, uma prática social que deve ser sempre vislumbrada como efeitos de negociação (POTTER, 1998).

Conforme afirma o referido autor, é através das descrições e dos relatos que se constrói o mundo ou, pelo menos, versões do mundo, ao mesmo tempo em que esses relatos e descrições são construídos. A partir dessa noção, o autor destaca que as descrições são práticas humanas e se constituem de diferentes formas. A linguagem é vista como um conjunto de práticas sociais que ocorrem na interação entre as pessoas e realiza ações.

A realidade se introduz nas práticas humanas por meio das categorias e das descrições que formam parte dessas práticas. O mundo não está categorizado de antemão por Deus ou pela Natureza de uma maneira que todos são obrigados a aceitar. Se constitui de uma maneira ou de outra à medida que as pessoas falam, escrevem e discutem sobre ele (POTTER, 1998, p. 130, tradução nossa).

Por sua vez, a Etnometodologia, desenvolvida com as contribuições teóricas do sociólogo Garfinkel (2018, p. 93), visa tratar “atividade práticas, circunstâncias práticas e raciocínio sociológico prático como tópicos de estudo empírico”. Esse teórico se interessa pelos métodos do senso comum utilizados pelas pessoas em seu mundo social para entender e gerenciar a realidade. Para Coulon (1995, p. 30), a Etnometodologia se configura como o estudo das atividades cotidianas, triviais ou eruditas, no qual se considera a própria Sociologia como uma prática social. Com isso, o autor pretende se aproximar das “realidades correntes da vida social” atentando para como os atores sociais tomam decisões.

Noutras palavras, a observação atenciosa e a análise dos processos aplicados nas ações permitiriam pôr em evidência os modos de proceder pelos quais os atores interpretam constantemente a realidade social,

inventam a vida em uma permanente bricolagem. Será, portanto, de importância capital observar como os atores de senso comum o produzem e tratam a informação nos seus contatos e como utilizam a linguagem como um recurso. Em suma, como fabricam um mundo ‘racional’ a fim de nele poderem viver (COULON, 1995, p. 32).

Conforme essas afirmações, Potter (1998, p. 63, tradução nossa) compreende a Etnometodologia como “o estudo dos métodos empregados pelas pessoas para desenvolver uma vida social explicável. Para tanto, uma de suas principais áreas de estudo é a variedade de métodos empregados pelas pessoas para produzir e compreender descrições factuais”. Há três conceitos etnometodológicos fundamentais para sua compreensão: a indicialidade, a reflexibilidade e o método documental de interpretação.

O conceito de indicialidade refere-se à ideia de que o significado de uma palavra ou expressão depende do contexto em que é utilizada. Isso quer dizer que, quando se estuda o significado de determinada expressão, a conclusão não será satisfatória se a situação em que foi falada não for compreendida. Para Coulon (1995, p. 33), o termo indicialidade “significa que, embora uma palavra tenha uma significação transituacional, tem igualmente um significado distinto em toda a situação particular em que é usada”. É importante frisar que o uso do termo ‘contexto’ pela Etnometodologia não está limitado a situações institucionais, mas a detalhes específicos de uma interação pela fala. Dessa maneira, contextualizar o significado de determinada expressão é afirmar que ela tem uma “sequencialidade” (POTTER, 1998).

A reflexividade é o caráter constitutivo da fala de que “as descrições não se limitam a falar sobre alguma coisa, mas fazem coisas, é dizer, não se limitam a representar alguma faceta do mundo, mas também intervêm nesse mundo de alguma maneira prática” (GARFINKEL, 1967; WILDER, 1974 *apud* POTTER, 1998, p. 69, tradução nossa). Dessa maneira, o ato de falar constrói sentido, dá ordem e racionalidade ao que se está fazendo em certo momento. A fala não só descreve a realidade, como também é parte constitutiva dela. “A reflexividade designa, portanto, as práticas que, ao mesmo tempo, descrevem e constituem o quadro social” (COLON, 1995, p. 41).

Oliveira Filho (2013) ressalta que isso significa dizer que o agente discursivo, ao descrever, explicar e classificar o meio social em que vive, não está meramente utilizando um caráter descritivo de suas expressões, mas produzindo a si mesmo e o seu mundo social, e essa produção do mundo social, por meio de nossas descrições, explicações e classificações, é interminável, contínua e contingente. Entende-se que o uso das descrições

tanto é uma referência a algo como faz parte desse algo. Destarte, os conceitos de indicialidade e de reflexividade são, igualmente, compreendidos como parte de ações que se inscrevem em contextos de interações mais amplas (POTTER, 1998).

A partir do método documental de interpretação, Garfinkel (2018) explora o conhecimento do senso comum sobre as estruturas sociais. O procedimento defendido por esse autor busca se distinguir do método de observação literal e propicia uma análise sobre o que uma pessoa fala, mesmo que o dito não consista exatamente naquilo que ela pretendeu dizer. À vista disso, o método consiste em reconstruir os dados por meio de etapas fundamentadas no método etnometodológico. De acordo com o referido autor,

o método consiste em tratar uma aparência real como “o documento de”, como “apontado para”, como “se apresentando em nome de” um padrão pressuposto subjacente. Não só é o padrão subjacente de suas evidências documentárias individuais, como também as evidências documentárias individuais, por sua vez, são interpretadas com base em “o que se sabe” sobre o padrão subjacente. Cada um é usado para elaborar o outro (GARFINKEL, 2018, p. 158-159, grifos do autor).

Considerando essa compreensão, entendemos que as pessoas e os grupos sociais utilizam os relatos dos outros visando atribuir sentido aos próprios cursos de ação, isto é, as visões de mundo são concebidas por meio de vivências coletivas (GARFINKEL, 2018). Em outras palavras, o mundo social não é ofertado de antemão ou obtido em uma totalidade, mas através dos nossos “atos práticos” (COLON, 1995). Isso diz respeito a uma espécie de adaptação às instruções gerais de contextos particulares, ou seja, a realidade não é obtida a partir de um dado específico, mas tem que ser continuamente construída e reconstruída de acordo com o novo contexto de interação.

A Análise Conversacional derivada do pensamento etnometodológico contribui com a aplicação das ideias de indicialidade e reflexividade para as análises das interações conversacionais (POTTER, 1998). De acordo com o autor, é por meio da aplicabilidade desses dois conceitos que os estudiosos da conversação realizam suas observações partindo do pressuposto de que “o dito não se diz por acidente, as formas das palavras não são imprecisas nem improvisadas, mas são concebidas com todo detalhe para que se apresentem sensíveis ao seu contexto sequencial e ao seu papel na interação” (POTTER, 1998, p. 82, tradução nossa). Desse modo, a Análise Conversacional contribui para que se possa compreender o modo como a linguagem constitui uma ação, ao focar na fala do agente discursivo, e como produz versões factuais dos acontecimentos (RASERA, 2013)

Potter (1998) entende que é importante ressaltar as contribuições da Teoria dos Atos de Fala do filósofo John Austin. Ao analisar a obra ‘Como fazer coisas com as palavras’, o referido autor aponta que Austin introduz uma distinção entre dois tipos de expressões: as que afirmam coisas e as que fazem coisas. A primeira classe de expressões pode ter dificuldade de se afirmar como verdade ou falsidade. Já a segunda não pode ser avaliada em função de sua verdade. Com base na insustentabilidade dessa distinção, Austin combate as visões filosóficas que tratam a linguagem como um sistema de representação abstrata e defende que desempenhar ações é um aspecto geral das expressões.

A Semiologia, com as contribuições de Ferdinand Saussure, e a Filosofia Analítica Inglesa, com as ideias de Ludwig Wittgenstein, também inspiraram a perspectiva da Psicologia Social Discursiva (POTTER, 1998), cujo arcabouço teórico-metodológico está centrado nas ações realizadas através dos discursos dos sujeitos que, em determinados contextos discursivos, constroem versões particulares do mundo para atingir alguns objetivos práticos. Assim, o interesse encontra-se na forma como o sujeito explica suas ações e dá conta delas. Para isso, ele utiliza determinados repertórios retóricos para legitimar sua argumentação. Dessa maneira, atribui certos sentidos a si mesmo e aos outros (GUZMÁN; STECHER; RUEDA, 2016). De outra maneira, ao descrever, explicar e classificar, os agentes discursivos estão produzindo a si mesmos e o mundo social em que vivem (POTTER, 1998).

Os repertórios retóricos são estratégias argumentativas utilizadas para atender aos interesses do agente discursivo, no entanto, na maioria das vezes, não se apresenta explicitamente. Isso corresponde ao manejo dos sentidos em favor dos interesses, sem deixar claras as conveniências. Assim, as construções discursivas são elaboradas de maneiras diversas por meio dos relatos (POTTER, 1998). Para esse autor, os relatos factuais têm uma orientação dupla: uma orientação das descrições para a ação, em que se constrói um objeto para atingir um objetivo, e uma orientação epistemológica das descrições, em que se busca validar o que foi afirmado sobre o mundo. Em vista disso, os repertórios retóricos ressaltam o caráter prático e situado da linguagem (POTTER, 1998).

Ao apontar que o discurso é situado, Potter (2003) o entende como uma sequencialidade, em que o sentido do que é dito acontece pelo que o antecede e o que segue. Para o referido autor, esse aspecto sequencial da fala não é determinante, mas configura o que vem depois. Assim, espera-se que algumas respostas sejam mais prováveis do que

outras. Compreendemos, então, que o discurso é situado em três sentidos: sequencial, institucional e retórico.

O sentido sequencial do discurso reconhece que toda e qualquer interação pela fala localiza-se no tempo e no espaço. Assim sendo, o discurso segue uma sequência de fala em que existem um antes, um durante e um depois, ou seja, a fala presente considera o que foi dito anteriormente ao mesmo tempo em que prepara o contexto para o que acontecerá em seguida (POTTER, 2003).

Ao ser situado institucionalmente, considera-se que o discurso é marcado por determinadas identidades e tarefas institucionais. Dessa maneira, reforçam-se tais identidades e tarefas das quais se esperam determinados discursos, que não necessariamente precisam ser evocados. Potter (2003) exemplifica esse segundo sentido do caráter situado do discurso com a identidade institucional ‘jornalista’, da qual se espera que cumpra a tarefa de gerenciar a neutralidade de uma notícia.

Por último, o discurso é situado retoricamente, porque se organiza de modo a defender uma versão da realidade. Nessa perspectiva, um orador, em situações de disputa ou de conflitos ou, até mesmo, em situações cotidianas, implícita ou explicitamente, orienta sua fala para se defender ou minar uma versão alternativa. Portanto, em toda construção discursiva, encontram-se as versões que se busca legitimar e as versões contrárias que se pretende combater. Sendo assim, um argumento organizado em favor de uma realidade é necessariamente contra outra versão (BILLIG, 1991).

Tendo em vista essas considerações, a Psicologia Social Discursiva contempla quatro tópicos centrais: ação, construção, retórica e variabilidade (POTTER, 2013), de que nos ocuparemos a seguir.

2.1 O discurso é orientado para a ação

Essa compreensão é um dos pilares para a técnica da análise discursiva sob a perspectiva da Psicologia Social Discursiva. Opondo-se ao cognitivismo, esse enfoque teórico-metodológico compreende que o discurso não é meramente uma representação mental da realidade, mas produzido como ação. Potter (1998) considera que as pessoas utilizam as descrições para realizar ações ou para formar parte delas. Depreendemos disso que, ao utilizar a linguagem, o falante realiza uma ação como qualquer outra, ou seja, as descrições orientadas para a ação produzem os mais diversos efeitos de sentido sobre as

relações sociais. Segundo essa compreensão, o discurso cumpre a função de construir os sujeitos.

Essas ações são realizadas de maneira relativamente discretas, tendo em vista que podem estar associadas a temas delicados ou difíceis e podem comportar uma identidade potencialmente problemática. Isso quer dizer que, quando agem em seu discurso, as pessoas podem ser posicionadas como egoístas, covardes, insensíveis, racistas, estúpidas, homofóbicas, sexistas e pertencentes a toda uma gama de possibilidades negativas (POTTER, 1998).

2.2 O discurso é construído e construtivo

Como assevera Oliveira Filho (2013), o termo construção tem três sentidos. Primeiro, essa perspectiva compreende que o discurso é construído por uma variedade de recursos linguísticos disponíveis na cultura e é construtor de versões do mundo. Nesse contexto, as versões do mundo são criadas por meio da seleção de recursos e repertórios linguísticos disponibilizados previamente pela cultura. Em segundo lugar, para que a construção discursiva seja possível, é necessário que o falante selecione determinados recursos ou repertórios em detrimento de outros, portanto, trata-se de uma atividade seletiva. Por último, o termo construção diz respeito ao fato de que o mundo se constrói por meio do discurso, e as pessoas acessam o mundo por intermédio das construções discursivas.

Há que se ressaltar que a Psicologia Social Discursiva busca, por meio da ideia de construção, compreendida pelos três sentidos atribuídos acima, ressaltar que falar sobre os objetos do mundo não é uma mera descrição da realidade, mas a construção do mundo, uma vez que as realidades construídas produzem efeitos concretos na vida social. Para Potter e Wetherell (1987), é como se as descrições representassem blocos de construção, entretanto, com um olhar mais atento, vê-se que eles não são sólidos e definidos, mas devem ser continuamente moldados no discurso para que sejam usados em diferentes situações.

2.3 O interesse pela retórica

De acordo com Billig (1991), a retórica deve ser vista como um aspecto fundamental na maneira como as pessoas interagem e chegam a alguma compreensão. Para tal fim, o autor acentua a importância do papel da retórica no estudo da ideologia e das opiniões. Um

aspecto central de qualquer descrição é de que elas “competem – de uma maneira real ou potencial – contra uma gama de descrições alternativas” (POTTER, 1998, p. 140, tradução nossa).

Nessa argumentação, Potter (1998, p. 141, tradução nossa) destaca a presença de dois tipos de retórica em um relato factual: a retórica ofensiva e a defensiva. Uma descrição torna-se uma retórica ofensiva quando se busca minar uma versão de mundo, isto é, “quando se constrói expressamente para reelaborar, prejudicar ou reformular uma descrição alternativa”. Por outro lado, uma descrição pode proporcionar uma retórica defensiva de acordo com sua capacidade de resistir às tentativas de deslegitimá-la. Toda descrição favorável a determinada posição é, necessariamente, um argumento contrário a outra posição (BILLIG, 1991).

Segundo Potter (1998, p. 141, tradução nossa), para distinguir a retórica ofensiva da defensiva, deve-se adotar um enfoque analítico duplo. O autor chama a atenção para dois tipos de discurso: o coisificador e o ironizador. O discurso coisificador é aquele em que se constroem versões de mundo como se fossem algo concreto e factual. “Significa converter algo abstrato em um objeto material”. Já o discurso ironizador diz respeito à tentativa de minar versões alternativas, ou seja, “são as falas ou escritos que buscam minar o caráter literal de uma versão”. Sendo assim, ele equivale ao oposto do coisificador, ou seja, “volta a converter o objeto material em uma fala que está motivada ou deformada, ou que está errônea em algum sentido”. Portanto, uma análise retórica remete a uma relação antagônica entre versões, na qual uma descrição se contrapõe a uma versão alternativa e se organiza, ao mesmo tempo, para resistir a uma oposição.

Vale frisar que Potter (1998) menciona outros recursos retóricos empregados como estratégias discursivas na construção da legitimidade dos argumentos, alguns dos quais são destacados na análise dos resultados desta pesquisa, mais adiante, no Capítulo III.

2.4 Variabilidade

A partir da compreensão de que o discurso é construído e orientado para a ação, a Psicologia Social Discursiva chama a atenção para a questão da variabilidade, ao asseverar que diferentes formas de ações discursivas estão presentes em um relato. Isso se deve ao fato de a Psicologia Social Discursiva não considerar que o discurso é meramente fruto de estruturas cognitivas fixas que levariam a respostas consistentes e coerentes (POTTER;

WETHERELL, 1987). Essa perspectiva não pressupõe que as respostas geradas em uma interação sejam determinadas por uma estrutura cognitiva (BILLIG, 1991). Os teóricos dessa abordagem já esperam que, no discurso, estejam presentes a inconsistência, a contradição e a fragmentação.

Com essas considerações, Potter e Wetherell (1987) argumentam que a análise de discurso não espera que a descrição de determinado agente seja consistente e coerente, em vez disso, o foco deve estar no próprio discurso, em sua organização e no que ele está fazendo. De acordo com Billig (1991), a variabilidade é entendida considerando-se as diversas concepções que estão em conflito no interior da sociedade, no senso comum, fruto das múltiplas percepções e dos valores presentes no contexto social. Todavia, esse autor também destaca o fato de que essa abordagem não nega que o discurso pode ser consistente, mas frisa a importância de se observar que nele estão presentes tanto a consistência quanto a inconsistência.

3 CAPÍTULO 2 – MÉTODO

3.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo. De acordo com Flick (2009), embora existam muitos enfoques na pesquisa qualitativa, é possível identificar algumas características comuns para esse tipo de análise. Para o referido autor, esse tipo de pesquisa “visa abordar o mundo ‘lá fora’ (e não, em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ de diversas maneiras diferentes” (FLICK, 2009, p. 8, grifos do autor).

Para desenvolver esta pesquisa, recorreremos à pesquisa documental. As histórias bibliográficas e práticas, as interações, as comunicações e os documentos configuram-se “como forma de constituir processos e artefatos sociais” que podem ser reconstruídos e analisados por diferentes métodos e técnicas qualitativas (FLICK, 2009, p. 8). Para Fontana (2018, p. 46), “é o tipo de pesquisa em que a fonte principal é constituída de documentos”, e o material coletado ainda não foi tratado de maneira científica ou analiticamente. Portanto, não deve ser confundida com a pesquisa bibliográfica, que se detém às fontes secundárias. Documentos são todos os tipos de textos, imagens, sons, sinais entre outros, contidos em algum suporte material.

Marconi e Lakatos (2017, p. 203) afirmam que a pesquisa documental só toma como “fonte de coletas de dados documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias”. Essas fontes podem ser coletadas no momento em que o fenômeno se apresenta ou posteriormente. Para os referidos autores, o material para a realização da pesquisa documental pode ser encontrado em diferentes fontes, a saber: arquivos públicos (documentos oficiais e jurídicos, publicações parlamentares etc.), arquivos particulares (correspondência, memórias, diários, autobiografias etc.) e fontes estatísticas (característica, tamanho e distribuição da população etc.).

Nessa perspectiva, a pesquisa documental se diferencia da bibliográfica em relação à natureza das fontes, uma vez que o tipo de material coletado ainda não recebeu um tratamento analítico ou não foi elaborado a partir dos objetivos da pesquisa (GIL, 2008). De acordo com Lopes (2022), a pesquisa documental também se diferencia da técnica da entrevista, porque, enquanto a primeira se fundamenta em um processo de exploração de documentos, com dados e informações não tratados cientificamente ou analiticamente, a

segunda envolve a relação entre o entrevistador e o entrevistado, o que contribui para que haja mais flexibilização por parte do pesquisador. Entretanto, as duas técnicas podem ser utilizadas de maneira conjunta, o que é denominado de triangulação metodológica.

3.2 Coleta dos dados

A Câmara dos Deputados conta com uma biblioteca digital em que é possível, através da busca de descritores, ter acesso a materiais referentes a um tema específico ou acompanhar alguma atividade parlamentar em tempo real. Para coletar os dados, fizemos uma pesquisa com os seguintes descritores: ‘Escola sem Partido’, ‘Educação Sexual nas escolas’ e ‘Gênero nas escolas’ entre os anos de 2014 e 2022. No primeiro descritor, encontramos registros da mobilização parlamentar em torno da PL 7180/2014 ou projeto Escola sem Partido. Nesse material, encontramos três vídeos correspondentes aos últimos encontros da Comissão Especial destinada a proferir parecer para o projeto EsP.

Em relação aos outros dois descritores, encontramos registros de eventos sobre o tema ‘sexualidade’, entretanto só localizamos um vídeo que apresentou conteúdo referente a um debate acerca da construção da versão 3 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) envolvendo uma controvérsia no que concerne à Educação Sexual nas escolas.

Então, selecionamos três vídeos encontrados com o descritor ‘Escola sem Partido’. A escolha por esse material se justifica porque são os únicos das sessões destinadas à discussão e à votação do parecer do relator. Todos os três são intitulados Discussão e votação do parecer do relatório da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que “altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” (inclui, entre os princípios do ensino, o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa), e apensados.

Os vídeos foram produzidos nos dias 04/12/2018, 05/12/2018 e 11/12/2018 na Câmara dos Deputados, e compõem o processo final da referida Comissão Especial, depois de se discutir, em uma série de reuniões, sobre o tema, as proposições legais e os recursos públicos e de serem realizadas audiências públicas e apresentados os substitutivos. Nessa parte conclusiva dos trabalhos da referida Comissão Especial, já se discutiu sobre a matéria (proposição, apensados, emendas, pareceres), restou a análise do relatório final para

encaminhar sua deliberação (votação). Portanto, englobam, de modo geral, todos os processos anteriores.

Em ordem cronológica, o primeiro vídeo contém a sessão que foi realizada no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, no dia 04/12/2018, que iniciou às 15h34min e terminou às 17h10min e contou com a presença de trinta e seis senhores(as) deputados(as). O segundo vídeo traz a sessão que foi realizada no Anexo II, Plenário 01 da Câmara dos Deputados, no dia 05/12/2018, que começou às 13h e terminou às 16h08min, e na qual estiveram presentes quarenta e seis senhores(as) deputados(as). Já o terceiro vídeo traz a sessão que foi realizada no Anexo II, Plenário 03 da Câmara dos Deputados, no dia 11/12/2018, das 11h53min às 13h37min., e que contou com a presença de trinta e sete senhores(as) deputados(as).

Vale salientar que, embora esses vídeos sejam de domínio público, os nomes de todos/as os/as parlamentares envolvidos/as, favoráveis ou não ao projeto EsP, foram substituídos por pseudônimos.

3.3 Análise dos dados

O material foi analisado sob a orientação da técnica de análise de discurso proposta pela Psicologia Social Discursiva (POTTER; WETHERELL, 1987; POTTER, 1998; BILLIG, 1991, POTTER, 2003). Essa perspectiva analítica compreende que o termo discurso envolve todas as formas de interação por meio da fala e todos os tipos de textos escritos. Já o uso do termo análise de discurso designa as análises dessas manifestações discursivas. Abrangem-se, assim, os vários tipos de produção, como transcrições de entrevistas, de programas de TV, de documentos, de textos jornalísticos, de textos científicos e até mesmo de imagens, ou seja, consideram-se tanto as produções orais e as escritas quanto as imagéticas e os discursos sociais construídos historicamente (POTTER, 1998)

Para Wiggins (2017), o ponto inicial de qualquer projeto de pesquisa ou de análise de dados é a formação das questões iniciais. De acordo com essa autora, nem todas as perguntas são apropriadas ou relevantes para serem analisadas sob a perspectiva da Psicologia Discursiva. Por essa razão, é preciso formular questões que atendam aos fundamentos epistemológicos e teóricos da abordagem em questão. Aqui, as questões construídas nos orientam a investigar quais os argumentos utilizados por parlamentares em defesa do Projeto de Lei Escola sem Partido. Como contestam a educação sexual nas

escolas? Quais discursos (religioso, jurídico, científico) são utilizados na defesa do projeto EsP? Como são posicionados os adversários do projeto EsP?

O próximo passo a ser seguido é o processo de transcrição, que, nesse caso, não foi necessário, porque se tratou do registro de um debate parlamentar. Trata-se de um material de domínio público, que pode ser acessado – o áudio e a transcrição – através da biblioteca digital da Câmara dos Deputados. Sendo assim, depois de ouvir os áudios e ler e reler o material, fizemos recortes das falas dos deputados que defendem o projeto de Lei nº 7180/14 ou projeto Escola sem Partido (EsP). É nesse processo, chamado por Gill (2003) de codificação, que o material coletado é categorizado de acordo com os objetivos da pesquisa. Inicialmente, constroem-se categorias sem muita preocupação com seus limites, mas, no decorrer das análises, elas vão sendo progressivamente aprimoradas.

Para Potter e Wetherell (1987), o processo de categorização coloca ordem nos dados e possibilita que se avance para a etapa da análise. Depois de completar a codificação inicial, partimos para a análise propriamente dita, na qual examinamos a variabilidade e a consistência dos dados e elaboramos as hipóteses. Assim sendo, a análise esteve atenta aos detalhes do discurso, às estratégias linguísticas utilizadas, às contradições e ao que realmente foi dito, isto é, não nos preocupamos com o que estava por ‘trás do discurso’, mas como ele foi construído, sua organização e suas funções (POTTER; WETHERELL, 1987).

4 CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, analisamos as falas dos parlamentares favoráveis ao Projeto de Lei (PL) 7180/2014 ou Escola sem Partido (EsP), presentes nos últimos vídeos, que se tornaram públicos, das reuniões, ocorridas nos dias 04, 05 e 11 de dezembro de 2018, da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto supracitado que “altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” e apensados. Considerando os objetivos desta pesquisa, o texto foi dividido em dois subtópicos: ‘*Como defendem o projeto Escola sem Partido*’ e ‘*Discursos religioso, científico e jurídico utilizados para garantir legitimidade à defesa da Escola sem Partido*’. Os objetivos específicos ‘*Analisar como contestam a educação sexual nas escolas*’ e ‘*Como posicionam os adversários do projeto EsP*’ não foram apresentados em subtópicos específicos, mas contemplados no decorrer das análises.

Convém enfatizar que, embora este trabalho tenha como foco a análise das descrições dos parlamentares favoráveis ao projeto EsP, algumas falas dos que são contrários ao projeto são apresentadas no decorrer do texto com a intenção de indicar o contexto em que as falas dos favoráveis foram produzidas.

4.1 Como defendem o projeto Escola sem Partido

Para apresentar a primeira fala a ser analisada, é necessário observar uma sequência de diálogos entre os parlamentares, com o fim de situá-la em determinado contexto e fazê-la compreensível. Pouco depois da abertura da reunião do dia 04 de dezembro de 2018, a deputada Valesca (PT-DF) solicitou uma questão de ordem para defender um requerimento de sua autoria que não teve prevalência em relação à petição de um deputado ausente na Casa. Depois de certa insistência da referida deputada, foi-lhe concedida a fala, e ela defendeu seu requerimento e criticou o projeto EsP:

Valesca (PT-DF): (...) esse requerimento é para que nós tenhamos uma votação nominal, porque o que está havendo nessa Comissão é um processo de desrespeito, de chicotear permanentemente o Regimento, que se expressa, inclusive, no próprio rubor. Eu tenho absoluta certeza de que o senhor, Presidente, está envergonhado do que está se dispondo a fazer nessa Comissão, uma vez que não faz a discussão clara, não faz a discussão pautada no Regimento. V.Exa. está se utilizando de uma questão de ordem para negar a prevalência de um requerimento de minha autoria que diz que se exige a presença na Casa (...) Mas V.Exa., sem nenhuma modéstia – porque a truculência está perdendo a modéstia, o absurdo está perdendo a

modéstia – utiliza-se de táticas e de procedimentos antidemocráticos e autoritários, bem como é antidemocrática e autoritária a proposição de escola amordaçada. **Ah!** (enfática) o ato de ensinar é um ato político, porque, se o professor permite a discussão em sala de aula, e permite inclusive que os alunos se expressem em contraposição ao conteúdo que foi formulado, essa é uma posição política, pautada na lógica **democrática** (enfática) Se o professor considera que alunos, como está escrito no parecer, são apenas uma audiência cativa – e ali estão considerando alunos audiência cativa, como se alunos não tivessem um saber, como se alunos não tivessem voz, como se alunos não fossem pessoas (pausa). Esse processo vai no mesmo diapasão daqueles que querem negar a escola porque ela sobrevive na diversidade, que a ausência de alteridade imposta por esse Governo quer efetivar. Nós estamos em um Governo que já diz que vai acabar com o Ministério do Trabalho, um Governo que quer acabar como Ministério da Cultura, um Governo que colocará no Ministério uma pessoa que não tem propostas, porque não tem política pública de educação. Não diz como vai implementar o PNE, não diz como vai efetivar o aumento do acesso à educação infantil, mas apenas diz que é preciso **amordajar** (enfática). É preciso amordajar. É preciso vigiar e punir, vigiar e punir, vigiar e punir, para o controle absoluto sobre o pensamento; para esmagar o conhecimento; para esmagar a inteligência; para esmagar a **consciência crítica** (enfática) (...) Está destruindo nessa Comissão toda a contribuição que deu ao fundamentar, a partir da Constituição e do próprio Regimento dessa Casa, as suas palavras e as suas ações. Agora diz: “Eu vou impor o Escola sem Partido. **Eu vou impor** (enfática)”. Em verdade, não é Escola sem Partido, é escola amordaçada. Eu vou impor o silenciamento a educadores e educadoras. **Engana-se** (enfática), engana-se quem acha que pode impor o silenciamento a quem educa e é tão importante para esse País. Em defesa de professores e professoras, que têm que ser valorizados, e não vigiados e punidos, é que nós apresentamos esse requerimento, e contra o arbítrio. V.Exa. nos mostra: o arbítrio vestiu paletó e gravata. (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

Outros membros da oposição, cada um com seu direito de fala assegurado pelo presidente da Comissão, expressaram apoio à fala da deputada e se posicionaram contrários ao projeto Esp:

João (PDT-MS): Nós, do PDT, apresentamos também um projeto de nossa autoria contra essa mordada que está se propondo. Também achamos que não é dessa forma que se faz educação. Isso é uma agressão que estão fazendo com o nosso País. Não sei onde e em que **época vocês estão vivendo** (enfático). É uma coisa que não tem nem como explicar para ninguém. (Palmas) Eu nunca vi isso. Vocês estão querendo voltar ao passado, à época em que as mulheres e a opção sexual eram coisas que tinham que ser escondidas. Eu não sei em que época vocês querem viver, do que vocês estão **tratando hoje** (enfático) é uma vergonha o que vocês estão querendo fazer. É aceitarmos que o País volte lá atrás. Presidente, eu tinha você como um homem progressista. **Deus me livre, cara** (enfático). **Pelo amor de Deus.** (enfático) **Que vergonha isso aqui** (enfático). Eu me sinto envergonhado de fazer parte dessa Comissão, uma Comissão sem postura, sem rumo. (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

Henrique (PODE-BA): Sr. Presidente, o Brasil pergunta por que V.Exas. querem criminalizar o agente central do processo educacional, **que é o professor** (enfático). O Brasil está olhando para cada um de V.Exas. e perguntando por que V.Exas. são inimigos dos professores brasileiros. O mal que V.Exas. estão fazendo à educação brasileira está nos levando ao ridículo, Sr. Presidente. (Reunião dia 04 de dezembro de 2018)

Joana (PT-RS): Sr. Presidente, o PT orienta a favor da votação nominal em todas as votações, porque nós queremos transparência. Essa matéria precisa ser conhecida em cada escola, em cada sala de aula. Todos precisam saber quem quer calar e amordaçar os educadores e educadoras. Não pensem as pessoas que estão nos assistindo (pausa) qualquer tema, Deputadas, tratado por um professor ou professora será passível de criminalização, de ataques, de perseguições. Por que perseguem os professores? Porque querem uma Nação calada. (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

O deputado Hugo (PR-MG), favorável ao projeto, ao se reportar às falas da oposição, desqualifica os líderes históricos e políticos associados ao comunismo e é descredibilizado pelos parlamentares Mariana (PCdoB-BA) e Ravy (PSOL-SP), o que ocasionou uma discussão:

Hugo (PR-MG): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu penso que Kim Jong-un, François Duvalier, Hugo Chávez, Mao Tsé-Tung, Karl Marx, Lenin, todos assassinos confessos de milhões e milhões de pessoas, sem contar Stalin, que se havia se unido também com outro que fez uma festa na Rússia, matando a Rússia.

Mariana (PCdoB-BA): Para ele falar de Stalin... (Risos.)

Hugo (PR-MG): Eu tenho aqui apenas algumas coisas. Queria apenas citar: eles, sim, devem estar agora...

(Desligamento automático do microfone)

Presidente (DEM-RO): Como orienta o PP? (Silêncio)

Hugo (PR-MG): **Eu não orientei** (enfático). Eles devem estar se revirando no túmulo de tanta besteira...

Ravy (PSOL-SP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que Deputados aqui nunca leram uma página de Marx, nem de Gramsci, nem de Lenin.

São uns ignorantes (enfático). (Palmas)

Hugo (PR-MG): O gigolô Marx eu nunca li, não.

Ravy (PSOL-SP): **Ignorantes** (enfático). Ignorantes (enfático).

Hugo (PR-MG): O gigolô Marx eu nunca li, não.

Ravy (PSOL-SP): **Ignorantes** (enfático).

Hugo (PR-MG): O gigolô Marx eu nunca li, não.

Valesca (PT-DF): Assegure a palavra ao Deputado Ravy.

Ravy (PSOL-SP): **Cale a boca** (enfático). **Ignorantes** (enfático). (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

Terminado esse embate, o presidente da Comissão solicitou que os líderes dos partidos e das bancadas da minoria, maioria, oposição e governistas “orientassem” sobre o

requerimento da deputada Valesca (PT-DF). A parlamentar, respondendo pela minoria e pela oposição, argumenta:

Valesca (PT-DF): Na verdade, querem calar a história. Nós estamos escutando aqui as falas de quem acha que a história pode ser moldada de acordo com a sua percepção. Todos nós sabemos que o fundamentalismo é pouco reflexivo. O fundamentalismo se apoia em dogmas que estão distantes da verdade. Falar de Marx, falar de Engels, falar de Lenin, como aqui foi falado? Quer dizer que o professor não poderá falar sobre Marx e sobre como Marx desnudou as relações de trabalho? Não vai poder falar sobre mais-valia? Não vai poder falar do que foi o princípio, uma grande ferida narcísica na humanidade, que é desmembrar a lógica do capitalismo? O professor não vai poder falar da revolução Russa? (...) Nós estamos vivenciando aqui um festival de absurdos. Os que querem chicotear os professores e as professoras, impor mordanças e impedir o ato de educar são os mesmos que querem tirar a escola de uma rede de proteção à criança e ao adolescente. Muitas vezes é na família que as crianças sofrem violência, e a criança vítima de violência, seja sexual, seja física, vai ter que contar com a mordança dentro da própria escola. Quantas vezes professores e professoras devolveram uma infância roubada para crianças, devolveram uma **adolescência roubada para crianças** (enfática). E agora são tratados como **inimigos imaginários** (enfática). O fascismo sempre escolhe inimigos imaginários. Agora, a ousadia dessa fase do fascismo é a destruição da história que se está fazendo nesse momento e, ao mesmo tempo, considerando professor como inimigo imaginário do País. (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

O deputado Augusto (DEM-BA), ao responder pelo Democratas, em alusão à fala da deputada, apresentou a seguinte argumentação em defesa do projeto EsP:

Augusto (DEM-BA): O Democratas orienta para que o professor possa falar de tudo; não só de Marx, mas também de Hayek; não só de Marighella, mas principalmente de Roberto Campos. O Vereador Pedro, que teve a oportunidade de fazer uma homenagem a um brasileiro em uma importante avenida de Salvador, colocou o nome da avenida de Avenida Senador Roberto Campos. É evidente que nós somos contra essa tendência de discutir só um lado, como mencionou a oradora anterior, e queremos discutir tudo: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, o fascismo, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria. Queremos discutir tudo, inclusive a Pré-História. E queremos discutir sem partidarização e sem partido. (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

No trecho em questão, o deputado Augusto (DEM-BA) inicia sua fala afirmando que o seu partido defende que os professores possam falar de tudo. Posto isso, opõe Karl Marx, filósofo, ativista político alemão e um dos fundadores do Socialismo científico e da Sociologia, a Friedrich August von Hayek, economista austríaco, considerado um dos fundadores da escola austríaca de pensamento econômico e grande defensor do liberalismo,

e Carlos Marighella, político, escritor e guerrilheiro comunista marxista-leninista brasileiro, inimigo número um do regime militar, à figura de Roberto Campos, economista, escritor, diplomata e político brasileiro, apoiador do golpe de 1964. Sua construção argumentativa aponta para uma ideia de que, nas escolas, existe uma tendência a se ensinarem os fatos históricos do ponto de vista esquerdista, ou seja, sob o ponto de vista de Marx e Marighella, mas não, do de Hayek e Roberto Campos. Para corroborar sua alegação, o parlamentar interpreta o questionamento da parlamentar como uma afirmação – “como mencionou a oradora anterior” – de que a esquerda se fundamenta em ideologizar a educação. A fala do deputado sugere que existem ‘contaminações ideológicas’ e partidárias nas escolas. Ele defende uma neutralidade no trabalho dos professores e constrói uma imagem de que o projeto EsP tem um caráter apartidário. Entretanto, ao afirmar “principalmente de Roberto Campos”, é contraditório, pois indica que as obras desse economista são enfatizadas em detrimento de outros autores. Como defende a Psicologia Social Discursiva, o discurso não se apresenta sempre de maneira consistente, mas contém a inconsistência e a contradição, tendo em vista as diversas concepções que estão em conflito no interior da sociedade.

Ao seguir com a votação do requerimento, alguns partidos da oposição pedem “verificação” e entram em “obstrução”, isto é, empregam um recurso previsto pelo regimento da Casa Legislativa, com o objetivo de impedir o prosseguimento dos trabalhos e de ganhar o tempo de uma ação. Esse mecanismo se desdobra em pedidos de pronunciamento, adiamento da discussão, de votação e saída do plenário para evitar o quórum.

O deputado Wilson (PSC-PR), favorável ao projeto, ao se reportar a essa estratégia dos deputados contrários à proposta, afirma:

Wilson (PSC-PR): Sr. Presidente, aqui nós estamos observando que realmente nós temos uma minoria ruidosa que quer porque quer obstruir toda essa pauta que a Nação brasileira deseja que avance. Nós sabemos que os lares, essa maioria silenciosa, educada, infelizmente, têm que ver essa minoria ruidosa que sabe muito bem, vamos dizer, difundir suas ideias. Mas nós somos **as famílias de bem do Brasil** (enfático). Há milhares de anos vimos trazendo esse pensamento, que não pode ser agora mudado por uma minoria ruidosa que quer fazer essa situação. Sou professor estadual – já fui – e sei o quanto nossos filhos têm que ser educados quanto a essa questão de ideologia. Eles não têm que ser educados para isso no primeiro grau – no ensino básico ou ensino fundamental, mas no terceiro grau. Agora, querer mudar essa equação, querer fazer prevalecer essa minoria ruidosa, que quer colocar Marx e Engels nas escolas para as crianças, eu acho o absurdo dos absurdos. (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

Observa-se, nessa descrição, que o deputado Wilson (PSC-PR), ao se posicionar como professor, emprega, em seu discurso, o recurso retórico denominado de direito categorial ou categoria de crédito, em que se espera que algumas categorias particulares tenham autoridade sobre determinada área do conhecimento. Nesse sentido, suas descrições recebem um crédito especial (POTTER, 1998). Ao organizar sua argumentação recorrendo ao direito de pertencer à categoria do Magistério, o congressista busca estabelecer-se em um lugar de saber/poder. Esse recurso é empregado para atestar uma autoridade ao enunciador que se apresenta como alguém que conhece a realidade educacional brasileira e que sabe o que deve ser ensinado às crianças, um ensino conteudista, que se distancie do que ele afirma que pretende a “minoría ruidosa” – ensinar sobre as obras de Marx e Engels.

A ‘maximização e a minimização’ foi um recurso utilizado pelo deputado para contrastar os defensores e os opositores do projeto EsP. Potter (1998, p. 238, tradução nossa), inspirado nos estudos de Anita Pomerantz, enuncia que, “quando alguém tenta justificar, desacreditar ou contradizer alguma conclusão, pode recorrer à formulação de ‘casos extremos’”. Para ele, essa tática é eficaz para fazer com que algo se pareça extremo ou mínimo e para construir algo como bem ou mal. Nota-se que, além de opor “minoría” e “maioría” para afirmar que os defensores do projeto EsP estão em maior número, o parlamentar acresce, em sua construção argumentativa, o adjetivo “ruidosa” e posiciona os opositores em uma dimensão relevante de julgamento, ao afirmar que seus adversários são mal-educados e desrespeitosos com a “maioría silenciosa” e “educada”, pois não só “quer” obstruir a vontade da nação brasileira, como também “quer porque quer” obstruir a pauta que seria desejo da nação brasileira.

Junto a isso, ao enfatizar a dita maioria como “as famílias de bem do Brasil”, o congressista situa a “minoría ruidosa” como um mal para o país. Esta última expressão – “minoría ruidosa” – aparece quatro vezes, em um relato consideravelmente curto. Para Potter (1998), é importante observar as repetições no discurso, pois elas produzem um efeito de intensidade na mensagem que o orador deseja transmitir, o que resulta em uma ampliação do seu sentido. No caso em questão, ao retomar a expressão “minoría ruidosa”, o deputado imprime, com a acumulação das palavras, mais força expressiva.

Na reunião do dia 05 de dezembro de 2018, em resposta a uma fala da deputada Talita (PCdoB-AP), contrária ao projeto, esse deputado reforça a argumentação de que as famílias brasileiras não desejam continuar com o atual modelo de ensino, como se observa abaixo:

Talita (PCdoB-AP): Queria também fazer uma reflexão sobre o efeito colateral que tem a aprovação de um projeto como esse. Já temos visto nas redes sociais alunos gravando professores, quebrando a relação de confiança, uma relação tão respeitosa entre aluno e professor. Não dá para medirmos o que pode vir com a aprovação de um projeto como esse. Acredito muito no bom senso, na responsabilidade dos professores. Os professores tiveram formação para estar em sala de aula, e merecerem respeito. E, por várias vezes, sim – agora parece que estão querendo emendar o discurso – presenciamos os professores não serem respeitados nessa Comissão e a eles serem atribuídas todas as mazelas da educação, como se fosse responsabilidade única e exclusiva do professor. (Reunião do dia 05 de dezembro de 2018)

Wilson (PSC-PR): Sr. Presidente, eu fico pasmo por quererem defender o indefensável, dizer que aluno de ensino fundamental, ensino básico, deve ter aula de Sociologia. Eu queria deixar aqui lavrado o meu repúdio a uma professora do Estado de São Paulo, chamada Artemisa. Vejam o que ela diz aqui na rede social dela: “Não adianta o Estado nos obrigar a entoar o Hino Nacional, no pátio, com os alunos, pois chegando à sala de aula, vamos mesmo é falar sobre socialismo e ensinar sobre os líderes da esquerda. Eu sou professora e os meus alunos minhas regras”. São atitudes como essas que demonstram que nós não nos podemos calar. O Estado é laico. As escolas públicas – eu fui professor de escola pública estadual – são laicas, mas têm que respeitar os 86.8% dessa população que não aceitam isso. Vocês podem falar o que quiserem, senhores, senhoritas da esquerda. Vocês podem dizer que querem ver essa Nação destruída, como já o fizeram com uma geração perdida que não aprendeu Matemática, não aprendeu Português, não aprendeu História, só aprendeu a se autodestruir com ensinamentos que em nada ajudaram os ensinamentos da escola fundamental e escola básica. (Reunião do dia 05 de dezembro de 2018)

Inicialmente, em resposta à colocação da deputada Talita (PCdoB-AP), o deputado Wilson (PSC-PR) constrói sua argumentação dizendo que é indefensável o ensino de Sociologia para as crianças. Ele sustenta a ideia de que existe uma ameaça que incentiva os meninos e as meninas a pensarem a partir de determinado modelo político, contrário aos valores da família tradicional brasileira. Para isso, organiza seu argumento recorrendo ao discurso direto, usando a fala de uma professora do estado de São Paulo, que defende, segundo ele, em uma rede social, o ensino do Socialismo e de líderes da esquerda nas escolas de forma contundente e a generaliza.

O modo como é construído o argumento sustenta a tese de que os alunos estariam passando por um processo de doutrinação política. Por isso, sugere, na defesa do projeto EsP e por ter sido professor de escola pública, que esse projeto visa combater os excessos cometidos pelos chamados doutrinadores e está alinhado com a vontade da maior parte da população do país – “86.8%”. Vale chamar a atenção para o número mencionado pelo

deputado, que corresponde à soma dos votos brancos, nulos e abstenções mais a porcentagem de votos obtidos pelo ex-chefe do Executivo nas eleições presidenciais do ano de 2018. Dessa forma, o parlamentar, por meio da manipulação de dados estatísticos, diz que a maior parte dos brasileiros não aceitam mais serem governados pelos partidos de esquerda.

Vemos, na descrição, que os cálculos matemáticos são usados para produzir versões que maximizam a ideia de que a população brasileira é contrária aos ideais esquerdistas, portanto, também é defensora do projeto EsP. De acordo com Potter (1998, p. 243, tradução nossa), “a quantificação de algo pode conceber uma forma especialmente clara e precisa de descrição que contrasta com os juízos de valores e as avaliações qualitativas de caráter vago”. Na fala do deputado, o uso do procedimento matemático subsidia a defesa do projeto EsP, ao indicar que apenas 14% da população defendem as políticas educacionais adotadas nos governos esquerdistas.

Já a citação direta é um tipo de estratégia retórica que possibilita apresentar um evento de um ponto de vista de outra pessoa (POTTER, 1998). Destarte, trazer a ideia de uma docente que se declara de esquerda e que defende “falar sobre socialismo e ensinar sobre líderes de esquerda” confere mais credibilidade ao seu ponto de vista. Para além disso, reitera seu argumento afirmando que a Sociologia tem ocupado o espaço de outras disciplinas, como Português, Matemática e História. Como consequência, os alunos dos governos de esquerda, de acordo com o parlamentar, seriam uma “geração perdida” que só aprenderam a se “autodestruir” com “ensinos” que não ajudaram em nada.

Na reunião do dia 11 de dezembro de 2018, o deputado Antônio (PSOL-RJ) convidou os parlamentares favoráveis ao projeto EsP para uma reflexão:

Antônio (PSOL-RJ): Senhores, olhem o que vocês estão **chocando** (enfático). Na noite passada, no Rio de Janeiro, um grupo de mascarados que se autodenomina Família Integralista Brasileira resolveu entrar no espaço da UNIRIO, na Rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, para fazer uma ação que, segundo eles, era contra a iniciativa de estudantes que lutam contra o fascismo. Não achando suficiente, gravaram um vídeo daquilo que eles estão chamando de Família Integralista Brasileira tentando fazer com que a ação possa ser ampliada e repercutida entre adeptos desse tipo de lógica. Isso é o fascismo tomando conta. Unidades escolares sem a possibilidade concreta da reflexão, da análise crítica, favorecem esse tipo de ação perigosa. Eu dialogo com o conjunto dos Parlamentares que não querem esse tipo de movimento ganhando força no espaço e no território nacional. Peço que reavaliem aquilo que estão fazendo, porque a mordça é o que, no final das contas, dá força a um tipo de movimento como esse, que, repito, se sentiu à vontade para fazer o que fez na noite de ontem, no bairro de Botafogo, na Rua Voluntários da Pátria, no Estado do Rio de

Janeiro. Todos encapuzados, em grande número, eles entraram no espaço da universidade, queimaram bandeiras e estão fazendo com que esses vídeos circulem pelas redes. (Reunião do dia 11 de dezembro de 2018)

Em seguida, o deputado Cleiton (DEM-AC), contrariando a fala do parlamentar de oposição, apresenta os objetivos do projeto EsP:

Cleiton (DEM-AC): Eu gostaria muito que um professor, mesmo com viés ideológico de esquerda, quando falasse, por exemplo, de A origem da família, da propriedade privada e do Estado, de Friedrich Engels, falasse com a mesma veemência de A ética protestante e O espírito do capitalismo, de Max Weber. Gostaria que, quando ele falasse de Marx, falasse também de Mises. Houve uma experiência de um Deputado Estadual, ontem eu conversava com ele, que me disse o seguinte: “Eu fiz uma audiência pública no meu Estado. Coloquei fotos de líderes esquerdistas para alunos do ensino médio” – ele colocou as imagens de Che Guevara, de Karl Marx, dessa turma toda – “e os alunos os reconheceram”. Quando ele colocou uma foto de Adam Smith e outra de Mises, ninguém os conhecia. Aí ele disse: “Vocês foram doutrinados, porque vocês só conhecem o outro lado”. O que está acontecendo no Brasil hoje é exatamente isto: só um lado é exaltado, enquanto o outro sequer é citado ou, quando é citado, dizem que ele é o mal: o capitalismo é perverso, a Igreja é perversa, etc. (manifestação da plateia na galeria) (...) eu gostaria de deixar claro, Sr. Presidente, que só é contra o Escola sem Partido quem planeja continuar utilizando a sala de aula para cometer abusos. É simplesmente isso. Um projeto desses não criminaliza professor, apenas coloca às claras, dentro das salas de aula, os direitos e deveres de professores. Ele também diz quais são os direitos dos alunos, para que estudantes sejam respeitados, não sejam ridicularizados pelos seus posicionamentos. (Reunião do dia 11 de dezembro de 2018)

Usando o relato de testemunho (POTTER, 1998), o deputado Cleiton (DEM-SC) visa garantir factualidade em sua descrição. Para o autor citado, uma das maneiras de transformar uma descrição em um fato é obter a sanção de testemunhas confiáveis e independentes. O enunciador apresenta a testemunha como alguém com quem não tinha relação, “um deputado estadual” e apresenta-o como uma testemunha digna de confiança mediante o resultado de sua experiência em uma audiência pública em que os alunos reconheceram imagens de Che-Guevara e Marx, mas não, de Adam Smith e Mises. Nesse sentido, põe em cena um ator que, por meio de uma experiência prática, corroborou a tese de que as escolas exaltam os líderes da esquerda, e quando citam o outro lado, é na tentativa de desqualificá-lo como mal e perverso: “o capitalismo é perverso”, e “a Igreja é perversa”.

Mais uma vez, o discurso sustenta a premissa de que é necessária uma suposta neutralidade política e ideológica nos ambientes escolares. Nesse sentido, o projeto EsP não visaria criminalizar os professores, mas garantir que os deveres e os direitos sejam

cumpridos sem o cometimento de abusos que desrespeitam os alunos – vale citar que a proposição prevê que seja afixado, em sala de aula, um cartaz com os deveres do professor. A justificativa apresentada para pautar essa ideia é a de que os alunos estão sendo “doutrinados” e ridicularizados pelos docentes que cometem abusos ao disseminar as ideias das correntes políticas de esquerda. Para isso, de acordo com o deputado, o projeto EsP garantiria direitos aos alunos que fossem ridicularizados pelos seus posicionamentos. A descrição cumpre a função de aproximar o interesse de alunos que se sintam, de alguma maneira, assediados do interesse do parlamentar e do projeto EsP.

Vale salientar, ainda, que, ao defender a leitura da obra de Weber, apresenta-a como um ataque à teoria histórica e social de Marx. Para Riesebrodt (2012), essa é uma má interpretação, tendo em vista que Weber não trata das obras dos “capitães da economia”, mas identifica como o protestantismo foi fundamental para consolidar uma nova visão do trabalho e como as teses dessa nova religião contribuíram com o sistema capitalista moderno e conseguiram angariar apoio de massa dando uma nova direção aos valores da sociedade ocidental.

Em outro turno de fala, na sessão do dia 04 de dezembro de 2018, a deputada Valesca (PT-DF) voltou a emitir sua opinião sobre o projeto EsP. Para ela, “a educação brasileira precisa permitir que a escola continue na rede de proteção às crianças e aos adolescentes”, tendo em vista que “as maiores vítimas de violência sexual – crianças e adolescente – são vítimas dentro da própria família”. Sendo assim, para a deputada, é necessário “fazer valer” uma rede de proteção integral “que assegure que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, são detentores de direitos”.

Na sequência, o deputado Hugo (PR-MG) associa a esquerda ao ensino de pornografia nas escolas e, na mesma descrição, posiciona seus adversários como encolerizados, perseguidores e mentirosos:

Hugo (PR-MG): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu cheguei um tanto quanto afoito, corrido, estou com um pouco mais de calma agora. A palavra desespero significa desânimo de uma pessoa que se sente incapaz. Desespero significa, também, cólera. É claro que a Esquerda brasileira está encolerizada com o que está acontecendo em relação ao projeto de nome Escola sem Partido. Não apenas isso, está encolerizada pela reação da sociedade brasileira em relação ao absurdo que os seus filhos têm sofrido ali, porque, se o filho não faz de acordo com o que o professor fala em relação a Lenin, a Karl Marx e a outros, o aluno não presta e tira zero na prova. E essa mentira repetida – porque a Esquerda adora mentir repetidamente – de que nós estamos querendo colocar mordada, isso não

existe; de que nós odiamos os professores, tentando nos colocar contra eles, isso é um absurdo. Meu filho é professor de Direito Constitucional II de uma universidade, e não odeio meu filho, não odeio os professores, convivo com eles; tampouco odeio os professores de Esquerda, eu os respeito. Quem me conhece sabe muito bem que eu os respeito. Agora, mentir da maneira que estão mentindo é um absurdo – é um **absurdo** (enfático). Mentir sobre Lenin, mentir sobre Stalin, negar o que eles fizeram, mentir sobre essas pessoas é um **absurdo** (enfático). (...) Há outro detalhe ainda. Ensina-se pornografia nas escolas, sim. É verdade que ensinam. **Ensinam, sim** (enfático), está filmado, está mostrado, **está documentado** (enfático), ensinam pornografia, ferindo também o art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. Então, são **mentirosos** (enfático). (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

O deputado Hugo (PR-MG), ao defender o projeto EsP, recorre a algumas estratégias retóricas. Primeiramente, ele define o significado da palavra desespero atribuindo dois sentidos: o de “desânimo de uma pessoa que se sente incapaz”, isto é, alguém que se encontra em um estado de desalento sem condições de executar qualquer ação; e o de “cólera”, irritação profunda, furor, raiva (DICIO, 2022). A partir do detalhamento do termo desespero, o parlamentar se apropria do segundo sentido para afirmar que “a esquerda brasileira está encolerizada”, ou seja, adjetiva a oposição com um termo que visa ridicularizá-la. Para Potter (1998), o emprego de detalhes pode ser uma estratégia retórica ofensiva, buscando elementos problemáticos, confusos e ridículos.

Posteriormente, antes de acusar os professores de mentirem acerca de Lenin e Stalin, ele se vacinou contra as conveniências (POTTER, 1998) atestando que seu filho era professor e que não o odiava, assim como não odiava os docentes e respeitava os de esquerda. Nessa perspectiva, ele pretendia se neutralizar de possíveis críticas ao projeto EsP, sobretudo, em relação à questão de que ele vai de encontro aos interesses dos professores.

Por fim, recorre à construção de ‘corroboração e consenso’ (POTTER, 1998) – recurso retórico que se caracteriza pela confirmação da descrição por parte de observadores externos – ao afirmar que um projeto de sua autoria e o EsP estão em concordância com a Convenção Americana de Direitos Humanos e que os professores de esquerda estão em desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por ensinarem pornografia às crianças. Nessa perspectiva, o parlamentar, produtor do relato factual, interpreta que o fenômeno descrito existe em virtude de ações que ultrapassam o âmbito da agência humana, ou seja, transfere os interesses que possam existir e a responsabilidade de suas ações para uma entidade factual, nesse caso, os dispositivos jurídicos. Sendo assim, sua descrição

aponta que o fato apresentado existe tal como foi descrito, isto é, ele ocorre independentemente de sua posição a respeito dos docentes de esquerda.

Nota-se, também, na última parte do relato, o que Jefferson (1990 *apud* Potter 1998) chama de lista de três elementos. Ao listar “está filmado, está mostrado, está documentado”, o parlamentar visa dar suporte à afirmação geral de que se ensina pornografia nas escolas. Para o autor, a oratória política demonstra a efetividade desse recurso estratégico, tendo em vista que ele serve para destacar o caráter geral de algo e pode ser empregado para construir certos eventos e ações como comuns e normais. Nesse sentido, o relato do parlamentar atua para contestar a educação sexual nas escolas, ao afirmar que está provado que, ao tratar desse assunto, as instituições escolares ensinam pornografia.

Percebemos, também, que o recurso da maximização foi evocado pelo deputado para posicionar seus opositores. Ao fazer um jogo semântico para acentuar o significado da palavra ‘desespero’, conclui que a esquerda brasileira está mais do que desesperada, está “encolerizada”. Além disso, afirma que a esquerda não apenas mente, mas “adora mentir repetidamente” a respeito do projeto EsP e que estavam “tentando nos colocar contra eles [professores]”, além de “mentir sobre Lenin, mentir sobre Stalin, negar o que eles fizeram”.

Outro aspecto importante a ser observado diz respeito à repetição das palavras “mentir” (cinco vezes) e “absurdo” (quatro vezes) em um curto intervalo de tempo. O uso excessivo desses termos se revela na construção argumentativa, com o objetivo de intensificar a desqualificação da esquerda como constituída por pessoas mentirosas e destituídas de caráter e de racionalidade. Segundo Potter (1998), as repetições fazem parte de um arcabouço de elementos discursivos que se constituem como detalhes de uma interação. Assim, as palavras são repetidas para adicionar ou transformar um sentido no discurso. No contexto em questão, a recorrência de alguns vocábulos, como ‘mentir’ e ‘absurdo’, visou colocar em dúvida o caráter das pessoas esquerdistas.

O deputado Cleiton (DEM-AC), remetendo à fala da deputada Valesca (PT-DF), mencionada anteriormente, afirma o seguinte:

Cleiton (DEM-AC): Sr. Presidente, a sociedade brasileira já percebeu que os mesmos que são favoráveis que crianças façam cirurgia de mudança de sexo, os mesmos que são contrários a que criminosos que cometem crimes com 16 ou 17 anos não paguem pela gravidade de seus crimes, os mesmos que são favoráveis ao ensino de ideologia de gênero na sala de aula são os que se opõem ao Escola sem Partido. É interessante que a sociedade brasileira já despertou para isso. A sociedade brasileira já sabe quem está do lado dos valores, quem está do lado que respeita aquilo que está na

Convenção Americana de Direitos Humanos: que os pais tenham o direito a que seus filhos recebam uma educação ética, moral e religiosa que esteja de acordo com suas próprias convicções. Não é da tutela do Estado se meter na vida das famílias. Daqui a pouco vão entrar nas nossas casas e tomar os nossos filhos, como se fazia na antiga União Soviética. Ora, se o Estado acha que tem o direito de tutelar inclusive a orientação sexual dos nossos filhos, imaginem, então, aonde é que nós vamos parar. **Sr. Presidente** (enfático), como as famílias brasileiras terão resguardados os seus direitos mais precípuos? (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

A estratégia utilizada pelo deputado Cleiton (DEM-SC) foi a de levantar algumas pautas contrárias à agenda liberal-conservadora, distorcê-las e associá-las aos políticos de esquerda. A descrição foi empregada para construir esse grupo político como detentor de uma moral desviante dos valores tradicionais brasileiros.

Ao trabalhar a noção de manipulação ontológica, Potter (1998, p. 234-235, tradução nossa) afirma que “uma característica de qualquer descrição é que ela escolherá dar importância a certos fenômenos e ignorará outros potencialmente reveladores (...) se constitui um âmbito de entidades ao mesmo tempo que se evita outro”. A importância da seleção dessas pautas de costume na descrição analisada é mais evidente considerando a lista de três elementos (Jefferson 1990 *apud* Potter, 1998), acompanhada do uso anafórico da expressão ‘os mesmos’. Além de enfatizar essa expressão para chamar a atenção do ouvinte para as pautas das bancadas da esquerda, a escolha por três elementos específicos – “favoráveis que crianças façam cirurgia de mudança de sexo”, “contrários a que criminosos com 16 e 17 anos não paguem pela gravidade de seus crimes” e “favoráveis ao ensino de ideologia de gênero na sala de aula” – visou generalizar as supostas ‘pautas progressistas’, ou seja, serviu para indicar que o deputado dispõe de exemplos que representam algo geral e não simplesmente casos isolados.

Turnos depois, ainda na mesma reunião, o deputado Pastor Leonardo (PATRI-PE), favorável ao projeto, reportando-se a uma afirmação do deputado Renan (PSOL-RJ) de que o projeto EsP é “retrógado” e “macartista”, posiciona também os professores de esquerda como doutrinadores:

Pastor Leonardo (PATRI-PE): Sr. Presidente, às vezes parece até um pouco divertido estarmos aqui ouvindo palavras que tendem a afirmar o que está provado, que deu tudo errado até agora. Querer ressuscitar a desgraça da esquerdopatia, que praticamente provocou a destruição de muita gente nesse País, e querer dizer que nas escolas não houve ações, usando-se a escola para tentar fazer com que alunos se tornassem soldados do movimento esquerdopata é um absurdo. Aquelas pessoas que

participaram das audiências públicas viram que essa Comissão deu direito ao contraditório, e em muitos momentos não tivemos participação, enquanto centenas de pessoas passaram por aqui mostrando o que essa Esquerda, o que esse comunismo infernal tentou fazer com muitos alunos nas escolas, e como professores, a serviço dessa catequização esquerdopata, na questão doutrinária, tentaram fazer com que os alunos se tornassem escravos. Ainda bem que, nessa eleição agora, boa parte dos alunos acordou, esqueceu a desgraça da esquerdopatia e resolveu, agora, criar um Brasil diferente. Rumo à direita, a um novo Governo, **a um Brasil diferente** (enfático). **Parabéns a Bolsonaro** (enfático). (Palmas). (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

Por meio de um fenômeno linguístico chamado de neologismo – o processo de formação de novos termos ou expressões da língua visando atender a novos objetivos ou conceitos (DICIO, 2022) – o deputado Pastor Leonardo (PATRI-PE) acrescentou o radical ‘pato’ – do grego, *pathos*, que significa doença – ao termo ‘esquerda’. O Dicionário Informal apresenta a expressão esquerdopata como “aquele que é militante de algum partido político de esquerda com características psicóticas”. Nesse sentido, o comunista, o marxista e o socialista seriam compreendidos como alguém que tem uma noção distorcida da realidade em consequência de uma doutrinação ideológica que sofreu em algum momento da vida.

A fala do parlamentar denota que o uso da palavra “infernal” é um importante recurso para propagar suas ideias, porque assume, nesse contexto, o significado de cruel, perverso ou desumano, ‘coisa do diabo’. A análise das palavras deixa claro que a busca por elaborar representações não é feita de modo pacífico ou consensual, visto que a legitimação de uma identidade acontece pela desqualificação de outra. Por fim, o congressista exalta o processo eleitoral que levou Bolsonaro ao cargo presidencial, afirmando que grande parte dos alunos acordaram e resolveram esquecer a “desgraça da esquerdopatia” para criar um “Brasil diferente”.

Em um próximo turno de fala, depois de uma discussão entre os deputados Pastor Leonardo (PATRI-PE) e Ravy (PSOL-SP), que trocaram ofensas, o parlamentar da situação é mais contundente em sua argumentação ao sugerir quais os desejos da esquerda para o país:

Pastor Leonardo (PATRI-PE): O que a Esquerda queria fazer no Brasil era isto: bagunça, baderna, destruição da moral. **Destruição da moral** (enfático), isso é palhaçada, gente. É bom que o Brasil veja. **Essa desgraça está caindo** (enfático). Sr. Presidente, eu fico admirado com a insanidade da pessoa que me citou [referindo-se ao deputado Ravy]. Na verdade, ele é uma pessoa que tem uma doença mental chamada comunismo e coisas adjacentes. Presidente, eu peço a V.Exa. que respeite o meu tempo, porque

fui interpelado, sendo que não interpelei, pela pessoa que agora está dizendo que tem insanidade mental, que já provou na sua fala que lhe falta alguma coisa. Há parafuso folgado aí (enfático). Existe um detalhe: não sou esquerdapata, não sou doente como V.Exa. (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

O recurso da normalização e ‘anormalização’ é utilizado para posicionar a ótica da esquerda como injustificada, suspeita e problemática. Potter (1998) assevera que essa estratégia é posta em prática levando em consideração que a responsabilidade é uma das características fundamentais da conduta das pessoas. Por isso, para o autor, não é surpreendente o fato de existirem muitas maneiras de demonstrar e macular a imagem de responsabilidade mediante as descrições. Para isso, o congressista, Pastor Leonardo (PATRI-PE), descreve seu oponente como possuidor de uma “doença mental”, reforçada por uma estrutura de contraste (POTTER, 1998) presente no fragmento final de seu relato – “não sou esquerdapata, não sou doente como V. Exa.”

Na reunião do dia 05 de dezembro de 2018, o deputado Lucas (PSB-RJ), contrário ao projeto, disse que a proposta é inviável:

Lucas (PSB-RJ): Sr. Presidente, eu quero me dirigir aos colegas da maneira mais respeitosa e mais construtiva possível. (...) Eu gostaria de, nessa manifestação, Presidente, procurar apresentar as razões pelas quais nós somos contrários ao projeto em debate. Eu vou me ater a três razões, procurando enfatizar, sobretudo, aquelas que não têm sido mais abordadas. A primeira razão diz respeito a uma impossibilidade. O projeto promete algo que é impossível, inviável, que é se separar... (...) aqui me parece que o que ocorre é que essa expressão “a vedação de promoção de uma opinião ou de uma concepção” é impossível de se delimitar uma fronteira. Eu falo aqui como professor de História. Eu dei aula de História no ensino fundamental e no ensino médio. Atualmente, sou professor de Direito no ensino superior. Em Ciências Humanas, é impossível separar uma concepção, um ponto de vista de um fato. Os fatos sociais sempre são interpretados de alguma forma. Nós não conseguiremos traçar uma fronteira segura que separe o professor que apresenta a sua visão do professor que promove a sua visão. Onde delimitar isso? O segundo ponto é sobre essa questão de afixação de cartazes. Eu quero me dirigir aos membros que são favoráveis ao projeto e convidá-los a pensar sobre a conveniência de se afixar cartazes, em sala de aula, sobre os deveres de um professor. Eu me preocupo com essa iniciativa, porque eu temo que ela mine a relação de confiança que deve existir entre aluno e professor e sobretudo minará uma coisa muito importante à formação de qualquer criança: o respeito à autoridade. Esvaziar a autoridade do professor, colocando o aluno de 9 a 10 anos como fiscal dele, não acredito que seja alguma coisa que qualquer um aqui busque. Nem acredito que qualquer membro dessa Comissão queira isso. Eu sei que não é essa a intenção, mas o fim dessa iniciativa será esse. (...) Que tipo de criança vamos formar nas

escolas? Uma criança que desconfia do professor? Que desconfia da mãe? Que desconfia do pai? Será que vamos produzir uma geração melhor com isso? Não acredito que qualquer um aqui busque isso. (...) O terceiro e último argumento é sobre a vedação de proibição de apresentação de uma concepção moral, que também está no inciso I do art. 3º. Veja, se isso for proibido, um professor de matemática, numa escola pública, não poderá dizer o que é certo ou errado. Poderá apenas ensinar a fazer conta. Nós não queremos professores que não digam aos nossos alunos o que é certo ou errado. Ninguém aqui também quer isso. Eu tenho certeza disso. (Reunião do dia 05 de dezembro de 2018)

Já o deputado Delegado Tiago (PSD-PA), favorável ao projeto, ao se reportar à fala do deputado da oposição, afirma:

Delegado Tiago (PSD-PA): O partido e o grupo do Deputado que questionou exatamente isso destruíram as nossas escolas públicas; introduziram em nossas escolas públicas ideologia de gênero; estabeleceram que, nas nossas escolas públicas, as crianças aprendessem sexo, coisa que não se pode admitir, que nenhum pai ou mãe de família pode admitir. É impressionante, com todo o respeito ao Deputado Lucas ...V.Exa. tem razão, deputado, quando fala da questão da pluralidade, quando diz que o ensino filosófico tem que ter pluralidade em cima dos fatos. Isso é verdadeiro, deputado Lucas. Mas isso seria verdadeiro se realmente existisse pluralidade nas escolas e, inclusive, nas universidades, nos cursos superiores. Na verdade, não é isso que existe. Eles querem questionar aqui pluralidade, mas lá nas escolas ela não existe, porque hoje professores são agredidos por alunos que estão doutrinados ou alunos são agredidos por professores doutrinados, porque se opõem aos ensinamentos de esquerda, ensinamentos sobre comunismo, que foram implantados. Fazem de um fato uma única mão. Quando falam, por exemplo, da ditadura, introduzem o ódio aos militares, introduzem o ódio aos policiais, mas não contam as versões de tudo o que acontecia naquela época, quando eu ainda era uma criança. Quando V.Exa. fala na questão da Matemática... A Matemática é uma ciência exata. Eu não sou professor, mas sentei num banco de escola. Não há o que mudar, deputado Lucas: dois mais dois são quatro e acabou. Mas filosofar, falar de história, falar de fatos e querer mostrar às nossas crianças e aos nossos adolescentes uma única mão daquilo que V.Exas. implantaram nesse país, assim como querer destruir e implantar o comunismo por 50 anos nesse país, nós não podemos aceitar. (Reunião do dia 05 de dezembro de 2018)

O delegado Tiago (PSD-PA) classifica a ideologia de gênero como promotora do ensino de sexo às crianças. Desse modo, recorre a um recurso retórico denominado de categorização e formulação (POTTER, 1998), na medida que sua descrição é empregada para constituir o conceito de ideologia de gênero como detentor de um caráter específico e adequado para alguma ação – ensinar sexo às crianças. Para ele, o PSD e a oposição introduziram, através da máquina pública, a ideologia de gênero nas instituições de ensino do país para promover a educação sexual sem o consentimento dos pais e legitimar práticas

sexuais entre crianças. Por conseguinte, sua descrição retoma a questão da doutrinação nas escolas descrevendo esse espaço como um ambiente onde professores e alunos são colocados uns contra os outros e onde se introduz “o ódio aos militares (...) aos policiais”. Notamos que sua construção argumentativa apresenta a doutrinação escolar como algo que se encontra a serviço do comunismo, em que alunos e professores são submetidos e colocados a serviço desse sistema.

Alguns turnos de fala depois, o presidente da Comissão se ausentou e pediu ao deputado Bruno (DEM-RJ), favorável ao projeto, que ocupasse seu lugar temporariamente. Essa situação gerou mais um conflito, porque a oposição argumentou que, pelo regimento interno, quem deveria substituir o presidente era o deputado mais idoso e com o maior número de mandatos, nesse caso, o deputado Ravy (PSOL-SP). Todavia, o pedido não foi acatado, e o deputado Bruno (DEM-RJ) passou a palavra ao deputado Luís (PODE-RJ), favorável ao projeto, que argumentou o seguinte:

Luís (PODE-RJ): Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com muito prazer que posso dirigir-me a essa Comissão. Na realidade, nós estamos plenamente favoráveis. Parabenizo o Relator pelo brilhante trabalho, pelo excelente trabalho. **Pode contar com o nosso apoio** (enfático). Sou um Deputado do Rio de Janeiro e recebi muitas pessoas no gabinete reclamando justamente da doutrinação que estava sendo feita dentro dos colégios, das universidades, dos colégios técnicos. Inclusive alguns colégios fizeram até saia para os meninos usarem – **saia para os meninos usarem** (enfático). O colégio foi feito para ensinar Português, História, Geografia. Eu sou do tempo em que entrávamos no colégio e cantávamos o Hino Nacional. Sou do tempo em que a professora entrava na sala de aula, nós nos levantávamos e a chamávamos de mestra ou o professor de mestre, respeitávamos o professor. Nós estamos confundindo desejos com direitos. Essa é a realidade. Então, eu quero parabenizar V.Exa. pelo brilhante trabalho. Somos totalmente favoráveis à escola sem partido. Vamos em frente, porque o Brasil merece algo melhor. **Chega de doutrinação** (enfático). **Chega de tanto infortúnio** (enfático). Chega de tanta coisa errada que verdadeiramente nós vimos no Governo passado. O Brasil já deu um basta nas urnas. Nós vamos dar um basta agora também. Estão confundindo desejo com direito. Eu estava parabenizando o Relator pelo excelente trabalho e repudiando verdadeiramente a condução de determinadas escolas, de determinados estabelecimentos de ensino. Alguns estabelecimentos já criaram saias para meninos – **saias, saias para meninos também** (enfático). Colégio foi feito para ensinar Português, Geografia, História, Matemática, Organização Social e Política Brasileira – OSPB ou outra matéria, que, aliás, nós precisamos voltar a aprender, e não para ficar doutrinando pessoa para marxismo, para ideologia de gênero ou outra coisa semelhante. Nós precisamos respeitar o Brasil. (Reunião do dia 05 de dezembro de 2018)

Nesse relato, o deputado Luís (PODE-RJ) ressalta a existência de uma doutrinação dentro dos colégios e das universidades. De acordo com ele, alguns colégios chegaram a fazer saias para meninos usarem. Constrói, portanto, a ideia de que existem escolas que estimulam os alunos a se desviarem do sexo natural e biológico – compreendido como um elemento responsável por definir o comportamento e o lugar social de homens e mulheres, como, por exemplo, a separação do vestuário por gênero – mulheres usam saias, e homens usam calças. Recomenda-se, assim, a partir da defesa do projeto EsP e da contestação da educação sexual nas escolas, que os espaços escolares privilegiem posturas entendidas como normais e naturais. Além disso, recorre à estratégia do detalhe e da narração (POTTER, 1998) e oferece, em sua construção narrativa, uma representação de cenas de seu cotidiano na época da escola: “cantávamos o Hino Nacional”, “chamávamos de mestra ou o professor de mestre”. Assim, legitima sua fala como algo improvável de ser inventado. Dessa forma, o deputado se apresenta como uma testemunha confiável de outro período da educação escolar brasileira. De acordo com Potter (1998), os relatos de testemunhas são um recurso retórico para construir fatos, pois pode se apresentar como sem interesse por algum resultado. Assim, é mais provável oferecer uma versão como verdadeira, uma vez que a descrição não foi dita por um mero espectador distante.

Observamos, também, que a natureza do detalhe serve para elaborar uma estrutura de contraste entre a estrutura escolar em que se aprendiam “Português, Geografia, História, Matemática, Organização Social e Política Brasileira” e a do atual período em que a escola é apontada como doutrinadora “para marxismo, para ideologia de gênero ou outra coisa semelhante”.

Já no final da reunião do dia 11 de dezembro de 2018, houve um longo debate entre o relator e alguns membros da oposição. Na ocasião, a fala do relator foi interrompida, e ele foi acusado de “provocar a assistência”, o que resultou em um extenso bate-boca entre os deputados da situação e da oposição, que acusaram um ao outro de “cínicos”, “cínicas” e “autoritários”. Por conseguinte, o relator, com seu tempo reestabelecido, seguindo a mesma linha de raciocínio das descrições anteriores, disse que o projeto EsP pretendia combater a ideologia de gênero nas escolas:

Relator (PSC-SP): Se V.Exa., tão autoritária como é, deixar que eu complete a minha fala [referindo-se à deputada Valesca (PT – DF)], eu poderei esclarecer que nós estamos combatendo os doutrinadores. A parte vulnerável do processo educativo é, sim, os professores éticos e os alunos. Os professores éticos muitas vezes são atacados nas salas de aula e nos

conselhos pedagógicos; esses, sim, sofrem. Então, quero apenas reforçar que esse projeto não criminaliza quem é correto, quem é ético, quem cumpre com as suas obrigações. Ele visa, sim, combater o maldito avanço da ideologia de gênero dentro da estrutura escolar, essa maldita ideologia de gênero que tem destruído a inocência das nossas crianças, e, é claro, colocar um balizador para aqueles que fazem seu trabalho de forma correta e para aqueles que estão de fato doutrinando dentro da estrutura educacional. (Reunião do dia 11 de dezembro de 2018)

Nessa descrição, o relator (PSC-SP) defende o projeto EsP dizendo que ele visa proteger os professores éticos, corretos e que cumprem com suas obrigações. Para o parlamentar, a proposição serve como um “balizador” e indica quem são os professores “que fazem seu trabalho de forma correta” e os que estariam doutrinando dentro da estrutura educacional. Para ele, os doutrinadores seriam os docentes propagadores da “maldita ideologia de gênero” nas escolas. Em sua construção argumentativa, a repetição das palavras ‘ético’ e ‘maldita’ é um recurso retórico importante para defender o projeto EsP. O parlamentar recorreu à palavra ‘maldita’ ao falar da possibilidade de professores estarem utilizando a ‘audiência cativa’ das crianças para divulgar suas ideologias desviantes dos princípios éticos e corretos.

As palavras ‘ético’ e ‘maldita’ cumprem a função de posicionar os professores em dois grupos diferentes, isto é, como detentores de características distintas orientadas para alguma ação. Os éticos, que cumprem suas obrigações, e os doutrinadores, que destroem a inocência das crianças. Sendo assim, mais uma vez, a representação é feita de maneira conflituosa, em que a legitimação de uma identidade passa pela desqualificação da outra. Billig (2008) refere que, cada vez que se recorre a uma categoria descritiva, não só se reforça uma forma particular de compreender o mundo, como também se contradizem outras descrições e versões. Destarte, a contestação da educação sexual nas escolas é pautada nos termos do sistema patriarcal de gênero que reafirmam a heteronormatividade.

4.1.1 Discursos religioso, científico e jurídico utilizados para garantir legitimidade à defesa da Escola sem Partido

Nas descrições seguintes, identificamos e analisamos o uso retórico dos discursos religioso, jurídico e científico em defesa do projeto Escola sem Partido. O primeiro relato em que constatamos a presença do discurso religioso foi na reunião do dia 04 de dezembro de 2018, quando se discutia a respeito do requerimento da deputada Valesca (PT-DF) para

votação nominal. A parlamentar ressaltou que “a religião e a família são universos privados”. Por outro lado, mencionou que a escola é um “universo público”, em que se deve discutir sobre as relações sociais e promover a consciência crítica. O deputado Hugo (PR-MG), favorável ao projeto, ao se referir à fala da deputada, recorre ao discurso religioso ao apresentar uma argumentação sobre a “proteção da família”:

Hugo (PR-MG): Agora, sobre proteção da família eu posso falar aqui com muita tranquilidade, Sr. Presidente, porque tenho um projeto nessa Casa que está na CCJC [Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania]. Esse projeto fala sobre liberdade de consciência e de religião, de acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto de San José, da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969: Os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. No meu projeto, o filho somente receberá educação sexual e educação religiosa na escola porque pau que dá em João dá em Sebastião com o consentimento dos pais, exatamente de acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos, do Pacto de San José, da Costa Rica. (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

Para fundamentar a defesa do projeto EsP, o deputado Hugo (PR-MG) recorre à citação de um projeto similar de sua autoria, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), fundamentado em uma interpretação do artigo 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos. O artigo em questão defende que os pais, os tutores e os filhos têm direito a uma educação religiosa e moral de acordo com suas convicções. Nesse sentido, o parlamentar constrói sua argumentação posicionando-se sob um manto dos ‘direitos humanos’ e da ‘legislação internacional’, no qual a família é colocada em primazia em relação à escola.

Um aspecto importante de seu relato é a estratégia de recorrer ao uso da metáfora estruturada a partir do ditado popular “pau de dá em João dá em Sebastião”. Para Potter (1998, p. 230, tradução nossa), “as metáforas constituem um campo onde as descrições são empregadas para realizar algo. As descrições literais podem se limitar a contar as coisas como elas são, enquanto as metáforas o fazem de uma maneira camuflada”. Conforme, o Dicionário *inFormal* (*online*), o ditado popular “Pau de dá em João dá em Sebastião” revela a necessidade de igualdade e isonomia e alude à ideia de que todos são iguais, portanto, não há razão para que uma pessoa qualquer, independentemente de sua posição, seja tratada de forma diferente em relação à aplicação de uma norma.

No caso em questão, o congressista assinala que a educação sexual deve ser abordada da mesma maneira como é a educação religiosa, isto é, ser condicionada à decisão dos

pais/tutores ou optativo. De modo sutil, ataca o artigo 33 da LDB, que assegura o ensino religioso como matrícula facultativa e as versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tratam o gênero e a orientação sexual como temas transversais. Nessa perspectiva, sugere que não existe isonomia na maneira como os documentos oficiais versam sobre a educação sexual e a educação religiosa. Por esse ponto de vista, o discurso religioso aparece respaldado na interpretação de uma sentença da Convenção Americana de Direitos Humanos, que, para o deputado, versa sobre a “proteção da família” e sobre a “liberdade de consciência e religião” no universo público. A presença do discurso religioso no relato contraria a laicidade do Estado, que diz que a religião pertence à esfera privada e não tem lugar na esfera pública. Essa descrição do deputado defende a inserção do ensino confessional, que professa determinada religião, nas escolas públicas, com base em razões eminentemente religiosas.

Nas falas seguintes, emitidas no dia 05 de dezembro de 2018, estava em andamento a votação do referido requerimento da deputada Valesca (PT-DF). A deputada Joana (PT-RS), argumentando em favor do requerimento, diz, entre outras coisas, que as votações devem “deixar claras as posições” adotadas na Casa. Por conseguinte, o deputado Cleiton (DEM-AC), “orientando” pelo seu partido, apresenta-se contrário ao requerimento e também recorre ao discurso religioso para justificar sua posição:

Cleiton (DEM-AC): Sr. Presidente, a orientação do Democratas é “não”, obviamente, por tudo aquilo que nós temos acompanhado ao longo dos meses nesse debate da Comissão do Programa Escola sem Partido, ouvindo educadores, professores, alunos, pais, que relataram situações estereotipadas dentro de sala de aula. É importante deixar muito claro que aqui não se quer ferir o direito da liberdade de cátedra, inclusive da liberdade de expressão do professor, mas, sim, os abusos, Sr. Presidente. Abusos são cometidos, e até mesmo os Deputados da Oposição, que tanto vociferam contra o programa, sabem disso. Abusos acontecem na sala de aula, por exemplo, quando um professor vestido com uma camisa do PCO incita os alunos a participarem de uma passeata contra o golpe ou quando um professor esquerdista diz: “Vou tirar esses alunos da amarra da religião, **porque sou ateu** (enfático)”. E muitas outras situações foram presenciadas aqui nessa Comissão. Portanto, o nosso voto é “não”, Sr. Presidente. (Reunião do dia 05 de dezembro de 2018)

Corroboração e consenso foi a estratégia utilizada para argumentar que existem “abusos” sendo cometidos nas escolas. O deputado Cleiton (DEM-AC) procura garantir a factualidade de sua versão descrevendo-a como confirmada por testemunhas como “educadores, professores, alunos e pais”, que não têm nenhuma relação entre si, mas

presenciaram abusos cometidos na sala de aula. Nesse fragmento, outro ponto que vale destacar em relação à sua construção é que as palavras são ditas no plural. Na visão de Potter (1998), isso faz com que o comunicado seja visto como uma experiência geral a partir de uma variedade de pessoas. Outra questão é que o plural é inespecífico, isto é, possibilita inferir a presença de testemunhas independentes e de um amplo consenso, entretanto, sem o falante realmente ter explicitado o número de pessoas e se elas tinham alguma proximidade.

O parlamentar continua a construir sua argumentação e leva para a cena elementos exteriores. Ao apresentar exemplos de supostos “abusos”, diz que um professor com a camisa do PCO excitava os alunos a participarem de um protesto contra o golpe e, por meio de uma citação direta, afirma que outro “professor esquerdista” pretendia tirar os alunos das amarras da religião por ser ateu. O primeiro aspecto a ser observado em relação ao discurso religioso é a escolha de algumas palavras, que foram selecionadas com o objetivo específico de construir uma imagem negativa dos professores “esquerdistas” e “ateus”. Nota-se que o fragmento da citação direta “porque sou ateu” é enfatizado, ou seja, é posto que o professor esquerdista declarou, de modo enérgico, que era descrente e, por esse motivo, tentaria retirar os alunos das amarras da religião.

Abre-se, assim, um leque de possibilidades inferenciais por parte dos ouvintes de que o professor esquerdista descrente é um doutrinador, desprovido de ética e de moral, só opera em prol dos seus interesses e é desvinculado dos valores religiosos. E como não é um seguidor de princípios sacros e está em falta com Deus, o docente ateu estaria supostamente entregue às ações do Diabo, diligenciando contra os valores religiosos e morais dos alunos. Nesse contexto, o propósito comunicativo da descrição é de recomendar que existe um comportamento correto que deve ser seguido – o que não conteste determinadas crenças sagradas.

Na fala do deputado, também chama a atenção o uso do vocábulo “vociferam”. No Dicionário Online de Português, essa expressão significa “acusar com insultos, ofensas, reclamar intensamente, bradar, berrar”. Vemos que o uso do termo tem um objetivo específico na argumentação do congressista: o de posicionar os opositores do projeto como pessoas que não conseguem se expressar educadamente.

Já no próximo relato, proferido na reunião do dia 04 de dezembro de 2018, observamos a presença do discurso jurídico respaldando a defesa do projeto EsP. O relato encontrava-se situado quando ainda reverberava a discussão entre os deputados Ravy (PSOL-SP) e Pastor Leonardo (PATRI-PE), que trocaram palavras ofensivas, como já

enfaticamos. Alguns turnos de fala depois, o deputado Ravy (PSOL-SP) solicitou à Presidência que retirasse da ata as ofensas do deputado Pastor Leonardo (PATRI-PE). Para encerrar a discussão e dar prosseguimento aos trabalhos, o Presidente acolheu o pedido do deputado e, logo em seguida, concedeu a palavra ao relator (PSC-SP), que recorreu a três dispositivos jurídicos para defender o projeto EsP: a Constituição Federal, a LDB e o Plano Nacional de Educação, como se pode observar no relato a seguir:

Relator (PSC-SP): Um pai, uma mãe se sentem lesada numa situação na escola com o seu filho, vai ao professor, o professor não está nem aí muitas vezes, e, se ela ainda leva para frente o caso, esse chega ao coordenador pedagógico ou ao diretor e não acontece nada. (...) Há outro ponto sobre o qual, aí sim, quero fazer uma crítica mais enfática: diz-se que estamos criando dedos-duros. Eu já disse aqui que, se há alguma coisa que está colocando mordaza para doutrinador, é Constituição Federal, LDB e Plano Nacional de Educação.

A LDB, no seu art. 12, diz assim:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Vejam agora os seguintes:

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. Ora, a LDB diz que o professor tem que ser dedo-duro quando vê um problema com aquele aluno, ele tem que dizer para o Ministério Público, para o Conselho Tutelar se aquele aluno está apresentando algum problema com relação a isso. Mas o pai, a mãe e o aluno, então, não podem denunciar aquele que está lesando os seus direitos? (Reunião do dia 04 de dezembro de 2018)

O Relator empregou a impessoalidade para defender o projeto EsP. Para Potter (1998), esse tipo de recurso apresenta o fenômeno como agente. Nessa perspectiva, os fatos impõem-se aos atores humanos, que passam a ter um papel secundário, na medida em que o enunciador recolhe a informação que o meio oferece. Em sua argumentação, o orador ressalta, mais de uma vez, que a LDB assegura ao professor a função de denunciar ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar alguma situação de determinado aluno que apresente um problema específico. A citação da referida Lei é feita para demonstrar que ela é parcial por não garantir aos pais, às mães e aos alunos o lugar de delatores em relação aos professores doutrinadores.

Sendo assim, o Relator transfere possíveis interesses e responsabilidades presentes em seu discurso para um dispositivo jurídico, ao afirmar que a referida Lei é contraditória por proteger os professores, mas não proteger os pais, as mães e os tutores. Através dessa estratégia, o deputado busca credibilizar sua narrativa em defesa do projeto EsP assinalando a proposta como uma Lei de proteção aos direitos da família. Para isso, propõe que se coloque “mordança” nos doutrinadores, ou seja, que os impeça de falar colocando “qualquer objeto com que se tape a boca” (PRIBERAM, 2022). De acordo com o referido dicionário, em sentido figurado, a mordança representa “repressão à liberdade de palavra ou de imprensa”. Assim, ao recorrer a esse termo, o parlamentar diz que o projeto EsP pretende silenciar os professores com um dispositivo legal.

Na parte final da reunião do dia 11 de dezembro de 2018, o deputado Ravy (PSOL-SP) construiu uma argumentação crítica ao projeto, afirmando que até o líder dos democratas, partido do deputado Cleiton (DEM-AC), favorável ao projeto, considerava a proposta descabida:

Ravy (PSOL-SP): Sr. Presidente, eu acho que a questão que nós temos discutido nessa Comissão deveria... Eu tenho cobrado muito coerência. O Deputado Cleiton mesmo colocou agora uma posição radical a favor do projeto, sendo que o Presidente do seu partido, o DEM, o ex-Deputado Gustavo, Prefeito de Salvador, disse que a Escola sem Partido é descabida. **Veja: é o Presidente do partido** (enfático). Nós temos que parar para pensar sobre o que está acontecendo aqui. Essa proposta vai chegar à sociedade brasileira para estimular o conflito e a guerra cultural. É para isso que ela serve. É exatamente para enevoar a questão de fundo no Brasil, que é a miséria, que é a baixa distribuição de renda, que são as injustiças, que são as perseguições, que são as violações dos direitos humanos – particularmente algo sobre o que talvez haja consenso – que a escola pública brasileira está sendo apunhalada com salários miseráveis de professores, com salas lotadas, sem qualidade, sem formação continuada. E aqui se está propondo criminalizar exatamente aqueles que ainda mantêm o **vocacionamento para a educação** (enfático). **Isso é uma vergonha** (enfático). (Reunião do dia 11 de dezembro de 2018)

Já o deputado Wilson (PSC-PR), ao se reportar à argumentação do deputado Ravy (PSOL-SP), disse que ficou impressionado com a eloquência da esquerda e, em seguida, defendeu o projeto EsP utilizando o discurso científico e o discurso religioso:

Wilson (PSC-PR): Eu fico surpreso com a eloquência da Esquerda, que quer a todo custo uma escola com partido e ainda pensa que democracia é aquilo que ela quer, e não o que 86% das pessoas querem para o Brasil. É incoerente isso, como também é incoerente essa emoção que tenta passar, por meio de uma minoria que sabe aguerridamente colocar emoção em seus

pronunciamentos. Mas nós percebemos que esse é um debate inócuo, e vou dizer por quê. É como a lágrima. Para eles, o professor é melhor do que um pai, do que uma mãe. E percebemos nessa situação, Sr. Presidente, que as discussões são feitas em dimensões diferentes. Por quê? É como uma lágrima. A lágrima para eles é H₂O mais NaCl, o famoso sal de cozinha, e alguns lipídios. Para nós, cristãos, a lágrima é fruto da emoção de um ser humano, de um ser como um pai ou uma mãe; é fruto do amor que eles conseguem passar aos filhos. **Meu Deus, isso aí é quase um fascismo** (enfático) É a mesma doutrina de Hitler e de outros que queriam implantar uma... Queriam dizer que o Estado é melhor do que a emoção, o carinho, o amor de uma mãe ou de um pai. **Não dá para aceitar isso** (enfático), carinho, o amor de uma mãe ou de um pai. **Não dá para aceitar isso** (enfático). Eu vou ficar, sim, senhor, com a maioria. Eu vou ficar com as famílias cristãs. O ser humano não é um objeto, não é uma coisa, não. O ser humano não é H₂O mais lipídio ou NaCl, não. O ser humano é um ser que tem amor. E quando falam em amor, eles acham que o amor só ocorre na esfera carnal. Nós sabemos que existe o amor de uma mãe e de um pai que se sacrificam para doar o melhor para o filho. Eles falam tanto em animais, mas os animais ensinam isso também. Um crocodilo, que é violento para destruir qualquer carne que apareça, quando tem um filhotinho, coloca-o na boca, que já foi usada para destruir alguns animais, e o carrega com amor. É esse amor que eu quero passar aos companheiros. Nada contra... Eu acho que nós estamos num debate diferente aqui. Estamos em dimensões diferentes, porque nós queremos continuar com essa Pátria, que tem o amor sexual, o amor carnal, o amor eros, mas que tem também o amor fileo, o amor de um pai e de uma mãe, e, acima de tudo, Sr. Presidente, o amor cristão, que é o amor de amar o ser humano, que, infelizmente, essas pessoas não têm, pois, para elas, nós somos apenas objetos duros. Eu lamento esse tipo de discussão em que querem dizer que o professor é melhor do que o pai (manifestação da plateia na galeria). Não há nem como discutir. Nada contra o professor. **Eu sou professor** (enfático). Não me venham vocês, militantes de uma esquerda radical, dizer que o professor é retrógrado. **Não, senhor** (enfático). Eu sou professor estadual e sei o que é **melhor para as crianças** (enfático). (Reunião do dia 11 de dezembro de 2018)

Inicialmente, o deputado retoma a questão estatística de que 86% dos brasileiros não escolheram a esquerda para governar o Brasil, o que denota que apenas 14% da população considerou o retorno do PT ao Poder Executivo. Posteriormente, afirma que é incoerente a emoção expressa pelo deputado Ravy (PSOL-RJ) em seu pronunciamento. Para justificar a defesa do projeto Escola sem Partido e sua afirmação em relação a seu opositor o parlamentar recorre ao apelo emocional. Primeiramente, diz que a esquerda considera o professor melhor do que um pai ou uma mãe e traz à tona um dos pontos do projeto: impedir que a escola, como um espaço de formação, não se sobreponha à educação familiar. Depois, empregando uma linguagem científica das Ciências da Natureza, afirma que os opositores do projeto só compreendem a lágrima a partir de sua composição química – “H₂O mais lipídio e NaCl”. Por outro lado, defende que “a lágrima é fruto da emoção do ser humano, de um ser como

um pai ou uma mãe, é fruto do amor que eles conseguem passar aos filhos” e constrói sua argumentação equiparando a bancada de oposição a “um fascismo”, à “doutrina de Hitler”, ao afirmar que ambos priorizam o Estado em detrimento da emoção.

Dessa forma, reafirma a ideia de que o modelo escolar defendido pela esquerda visa “doutrinar” o alunado e usurpar o lugar da família. Em seguida, nomeia a maioria como “famílias cristãs”, que compreendem o amor de um pai e de uma mãe que fazem tudo por seu filho, “que se sacrificam para doar o melhor”. Por outro lado, os opositores são posicionados como pessoas que “acham que o amor só ocorre na esfera carnal”. Portanto, diante de ‘tanto sacrifício’, os valores da família tradicional cristã não poderiam estar em detrimento da educação escolar.

Avançando em sua argumentação, diz que os esquerdistas “falam tanto” de uma ciência etológica, mas não aprendem nada com os animais. Usando uma analogia, isto é, uma relação de semelhança entre duas ou mais entidades distintas (DICIO, 2022), fala que o crocodilo, embora seja violento, por atacar qualquer presa que apareça, também ensina o que é o amor de um pai ou de uma mãe ao proteger seu filhote em sua boca que, em outras situações, foi usada para destruir outros animais. Com essa correlação, o deputado visa assegurar que os pais, mobilizados pelo amor aos filhos, estão dispostos a protegê-los do Estado comunista.

Por fim, recorre, mais uma vez, ao discurso religioso, opondo-o ao científico, ou seja, rivaliza a ciência e a religião. Para isso, refere que as duas bancadas se encontram em “dimensões diferentes”. Os deputados favoráveis ao projeto estariam do lado da “maioria”, das ‘famílias cristãs’, representadas por pessoas capazes de oferecer o “amor fileo, o amor de um pai e de uma mãe, e, acima de tudo, (...) o amor cristão”. E os opositores pertenceriam a uma minoria que, “infelizmente”, são desprovidos dos valores cristãos, por compreenderem os seres humanos apenas como “objetos duros”. Assim, os parlamentares adeptos do projeto EsP compreenderiam o que é “melhor para as crianças”, para sua formação, e a oposição seria constituída de pessoas incapazes de compreender a dimensão afetiva do ser humano, pois, distantes do amor cristão, só o entenderiam do ponto de vista de seus aspectos biológicos, ‘mundanos’.

4.2 Discussão

Os relatos apresentados em defesa do projeto EsP trazem uma argumentação em que se enfatiza a existência de uma “doutrinação esquerdista” para o Marxismo, o Leninismo, o Comunismo e o Socialismo, assinalando que essas correntes políticas destruíram o ensino na escola fundamental e na básica. Para Martins e Teixeira (2019), o termo ‘doutrinadores’ vem sendo utilizado recorrentemente como um recurso retórico entre os grupos conservadores articulados nos campos político, religioso e midiático para se referir a dois elementos. O primeiro, a suposta existência de uma ameaça marxista, comunista; e o segundo, referente ao conceito de ideologia de gênero (MARTINS; TEIXEIRA, 2019).

Ao defender o projeto EsP, privilegiam um ensino de caráter conteudista, que prioriza a transmissão de conteúdos e se pauta em uma suposta neutralidade em detrimento dos temas transversais constituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): a ética, o meio ambiente, a saúde, o trabalho e o consumo, a orientação sexual e a pluralidade cultural (BRASIL, 1998). Esses temas deveriam ser ofertados transversalizados em áreas determinadas do currículo escolar, visando expressar conceitos e valores básicos para a democracia e a cidadania, obedecendo a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea.

Miguel (2016) assevera que, embora o movimento EsP tenha sido fundado no ano de 2004, pelo advogado paulista Miguel Nagib, ele só ganhou notoriedade no ano de 2010, após o progressivo crescimento público do discurso anticomunista difundido por parte da mídia tradicional, muito presente nas redes sociais, divulgado por escritores, como, por exemplo, o falecido Olavo de Carvalho, e por porta-vozes parlamentares, dentre os quais o, ex-chefe do Executivo e seus filhos Eduardo, Flávio e Carlos Bolsonaro. Esses atores mobilizaram a internet com publicações de vários vídeos, criação de rede sociais e *blogs*, com o objetivo de divulgar notícias deturpadas e alarmistas sobre seus adversários esquerdistas e a inclusão das questões de gênero e de sexualidade nos planos de educação (BORGES; BORGES, 2018).

Para Rodeghero (2002, p. 467), uma das facetas do discurso anticomunista é a defesa do americanismo, compreendido como uma espécie de ideologia nacional que foi reforçada no período pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo no decorrer da década de 1950. De acordo com esse autor, há alguns traços no americanismo que fundamentam o anticomunismo, a saber: “o individualismo, a crença na iniciativa privada, a defesa das

liberdades políticas, um patriotismo acrítico, a valorização da religião e a confiança nas autoridades e nas instituições”. De acordo com Miguel (2016), o discurso anticomunista ganhou uma nova roupagem no Brasil e na América Latina como um todo. Para o autor, essa nova versão é conduzida a partir da construção de uma nova ameaça – o bolivarianismo (política baseada nas ideias de Hugo Chávez) e o famigerado Foro de São Paulo, uma organização que reúne partidos e organizações de esquerda, criada em 1990, em um seminário internacional promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Nessa nova configuração, a narrativa anticomunista constrói a imagem de uma esquerda conspiratória, que pretende dominar o continente. Os deputados Augusto (DEM-BA), Wilson (PSC-PR), Hugo (PR-MG) e Cleiton (DEM-SC) atacam a presença de Marx, Engels, Lenin, Che Guevara e Marighella no ensino nas escolas, como vimos. Para esses congressistas, a presença desses personagens nos conteúdos escolares configura-se como uma forma de doutrinar “jovens inexperientes e imaturos, incapazes de reagir, intelectual e emocionalmente” (NAGIB, 2013, não paginado), para se tornarem militantes da esquerda e do Comunismo. A fala do deputado Cleiton (DEM-SC) expressa, com mais ênfase, a existência de uma narrativa anticomunista, ao apontar que não seria dever do Estado tutelar a vida das famílias e que em breve “vão entrar nas nossas casas e tomar os nossos filhos, como se fazia na antiga União Soviética”.

Apesar do centrismo crescente adotado nos sucessivos governos do PT, o partido foi apresentado por essa corrente como a encarnação do comunismo no Brasil. Podemos perceber essa interpretação no *slogan* ‘Minha bandeira jamais será vermelha’, bastante difundido após o golpe de 2016 e, sobretudo, durante e após a campanha bolsonarista para a presidência da República, para referenciar a bandeira do PT e a ideologia comunista. Gerou-se, no cenário brasileiro, uma similaridade entre o antipetismo e o anticomunismo, o que quer dizer que combater o PT é lutar contra o comunismo (MIGUEL, 2016).

Segundo esse autor, a propagação da doutrinação marxista, como exposta em alguns dos relatos analisados, é alimentada por uma leitura “fantasiosa” da obra do filósofo comunista Antonio Gramsci, sobretudo, no que concerne à sua formulação acerca do conceito de hegemonia. Alves (2010) entende que esse conceito é formulado a partir das reflexões de Gramsci acerca das diferenças estruturais nas formações sociais do Ocidente e do Oriente, as quais buscaram responder quais foram as condições que possibilitaram a eclosão de uma revolução na Rússia e o porquê de não ter ocorrido uma revolução proletária nos países do Ocidente. De acordo com Gramsci (2001), a formação de um aparato

hegemônico relaciona-se ao papel do intelectual na organização da sociedade civil e política. Sobre isso, ele afirma:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 21, grifos do autor).

Sob o ponto de vista desse filósofo marxista, o conceito de hegemonia envolve a relação de domínio de uma classe social sobre o conjunto da sociedade, exercida não apenas pela força coercitiva, através das instituições políticas, jurídicas e militares, mas também pela ideologia, isto é, pela capacidade de formar uma classe capaz de dirigir as ações humanas e de manter as massas por meio do consentimento. Em outras palavras, o consenso seria expresso por uma liderança ideológica conquistada e por um conjunto de valores morais e regras de comportamento. Nessa perspectiva gramsciana, a relação de hegemonia ocorre, necessariamente, por uma relação pedagógica (FERRARI, 2008). Todavia, a percepção da luta política descrita por Gramsci é interpretada pela direita como um plano maquiavélico que pretende destruir as bases que mantêm o bom funcionamento da sociedade, através da manipulação das mentes. Dessa forma, esse autor é apresentado como alguém que teorizou um plano para doutrinar as pessoas, criar um número expressivo de adeptos e realizar a dominação comunista (MIGUEL, 2016).

Essa visão é muito clara nos relatos quando se associa a disciplina ‘Sociologia’ à destruição da nação e do ensino. O escritor Olavo de Carvalho foi um dos grandes propagandistas dessa leitura gramsciana sobre hegemonia, junto com seus apadrinhados. Outro grande apoiador da ideia, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-RJ), em publicação no seu *twitter*, datado do dia 28 de julho de 2020, teceu uma série de comentários acerca do livro ‘A revolução gramscista no Ocidente’. Nos comentários, o parlamentar afirmou que existe uma guerra cultural em que a esquerda pretende tomar o poder pela força para, depois, implantar o socialismo. Além disso, ele defende a ideia de que a alternância de poder entre Lula (PT) e FHC (PSDB) faz parte desse plano e diz que quem conhece a estratégia não se

surpreenderia com FHC (PSDB) apoiando Lula (PT) e criticando Bolsonaro (PL) para as eleições de 2022.

De acordo com Martins e Teixeira (2019), para compreender a ofensiva do movimento EsP, é necessário voltar ao contexto histórico do qual ele emerge. Para as autoras, ele surgiu em um contexto de iniciativas no âmbito da política de direitos humanos adotadas pelos governos de Lula/PT e Dilma Rousseff/PT, reconhecendo “novos sujeitos de direito (mulheres, negros e negras, população LGBTQIA+), incorporando as demandas desses sujeitos através da participação da sociedade civil e adotando a transversalidade como vetor de atuação” (MARTINS; TEIXEIRA, 2019, p. 168).

Nesse contexto de implementação de políticas para os direitos humanos e diversidade, é importante destacar a polêmica que envolveu o Projeto Escola sem Homofobia que, dentre suas ações, encontrava-se a criação de material didático com orientações sobre como abordar os temas relativos à diversidade, com o fim de promover nas escolas um ambiente favorável ao respeito às identidades de gênero e orientações sexuais e às diversas formas de ser e de estar no mundo. Esse *kit* educativo foi alvo dos setores conservadores e do EsP, que o acusaram de ser um perigo para a família tradicional e de estimular a promiscuidade. A distorção em relação a esse material buscou construir um discurso de ódio ao PT e às minorias, tornando-se imprescindível na propaganda eleitoral de Bolsonaro, e revelou-se decisiva no resultado das eleições de 2018 (MARTINS; TEIXEIRA, 2019).

Essa perspectiva adotada e implementada nos governos do Partido dos Trabalhadores foi inserida transversalmente no campo educacional, a partir da formação de professores para os direitos humanos, enfatizando a escola como um espaço potente para um projeto educacional atento às demandas das mulheres, à discriminação racial e à homofobia (MARTINS; TEIXEIRA, 2019). Em contrapartida, o movimento EsP compreende o ambiente escolar como um lugar estratégico para consolidar as normas de gênero. Logo, o EsP atua intimidando educadores e instituições educacionais que trabalham em conformidade com os programas educacionais que abordam, em suas aulas, os temas transversais. Em outras palavras, que visam transformar os sistemas escolares em inclusivos, assegurando a garantia de direito à diversidade. Para isso, constroem discursivamente seus opositores, posicionando-os como inimigos da família e dos valores morais e religiosos tradicionais (JUNQUEIRA, 2017 *apud* MARTINS; TEIXEIRA, 2019).

A interlocução do movimento EsP com políticos abertamente conservadores contribuiu para que ganhasse visibilidade e expressão parlamentar e para que a narrativa

anticomunista e contrária à identidade de gênero e à identidade sexual fosse facilmente incorporada pela bancada conservadora, inspirando a proposição de projetos de leis nos âmbitos federal, estadual e municipal. Ao assegurar a defesa da liberdade da família, de um lado, essas proposições evocam a defesa de uma heteronormatividade e da religiosidade cristã e, de outro, desautorizam os docentes a levantarem questões e estimularem o pensamento crítico nas salas de aula (MATTOS, 2018).

Nessa perspectiva, Miguel Nagib, articulado com uma ampla frente fundamentalista no Congresso Nacional, passou a idealizar projetos de lei que tramitam nos âmbitos municipal, estadual e federal. Em âmbito federal, o projeto de Lei 7180/2014 ou projeto EsP reproduz a ideia difundida do Movimento Escola sem Partido de que, nas escolas, existe uma doutrinação ideológica, razão por que propõe uma mudança na LDB que visa impedir os professores de emitirem opiniões consideradas inadequadas na sala de aula (BRASIL, 2014).

As análises das descrições em defesa do projeto EsP nos levam a inferir que as falas dos deputados ressaltam a inserção do movimento Escola sem Partido e da narrativa anticomunista no Legislativo. Na análise de algumas descrições, vimos que os deputados contestam a educação sexual nas escolas afirmando que existe uma suposta doutrinação para a ideologia de gênero. Os parlamentares favoráveis ao projeto EsP acusam as escolas públicas de “ensinarem pornografia” e “sexo às crianças”, de terem feito “saias para os meninos usarem” e de “destruírem a inocência” dos alunos.

Para Amorim e Gomes (2016, p. 37), a categoria gênero representou uma inovação nos estudos feministas. Esse conceito contribui para se pensar na construção social do sexo, isto é, “homens e mulheres são produtos da realidade sociocultural, e não, mera decorrência da anatomia dos seus corpos”. Diferentemente da categoria analítica sexo, marcada pela biologia, o gênero, como categoria de análise, enfatiza uma perspectiva relacional, ou seja, o modo como homens e mulheres se relacionam entre si. Nesse sentido, destaca-se a construção histórica, social e política desses sujeitos, que não são diferentes apenas biologicamente, mas também socioculturalmente.

Nessa perspectiva, o gênero, compreendido como um fenômeno social, é passível de construção e de desconstrução e possibilita a desnaturalização de hierarquias presentes em nossa sociedade entre feminilidades e masculinidades (AMORIM; GOMES, 2016). Para essas autoras, é nesse ponto que surge um “perigo feminista”, isto é, a visão de que as ideias feministas podem causar uma diferença indevida entre os gêneros.

Essa reação conservadora do movimento EsP ocorre, porque, amparados no conceito de gênero, as mulheres e os homens podem ousar vivenciar suas diferenças, tendo em vista que não são determinadas biologicamente e podem questionar as hierarquias opressoras. Dessa forma, impõe-se, através dos parâmetros, que os sistemas de leis e normas estabeleçam um programa curricular sem a presença do que se denominou ‘ideologia de gênero’.

Em uma revisão sistemática de literatura, Silva (2018) encontrou que a expressão ‘ideologia de gênero’ tem assumido, pelo menos, três significados: o machismo e a LGBTIfobia como ideologias de gênero; a “Ideologia de Gênero” como um prelúdio do apocalipse moral (no campo religioso e no campo legislativo); e “Ideologia de Gênero” como uma falácia. Ao analisar algumas obras, esse autor concluiu que a expressão ‘ideologia de gênero’ pode ser facilmente substituída pelo termo machismo. Para ele, o uso dessa expressão qualifica os sujeitos a partir do seu sexo biológico e desconsidera os conceitos de identidade de gênero e a orientação sexual. Dessa forma, delega à mulher um papel de submissa ao homem e subjuga as pessoas que não se enquadram em uma heteronormatividade.

Ao analisar os posicionamentos de alguns líderes da Igreja Católica, Silva (2018) constatou que alguns deles descrevem a ideologia de gênero como uma tentativa do movimento feminista, do LGBTQIA+, do Marxismo, da ONU, da União Europeia e de governos de esquerda de destruírem a família. Todavia, o autor defende que o uso do termo ‘ideologia de gênero’ por parte desses líderes religiosos faz parte das estratégias discursivas que buscam fomentar o Pânico Moral, com o objetivo de colocar as pessoas contra esses movimentos. Já no campo legislativo, esse autor faz uma análise das influências do Movimento EsP e do discurso católico nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais e aponta que esse movimento, através de seu fundador Miguel Nagib, também dissemina um Pânico Jurídico ao ameaçar professores e professoras de processos judiciais caso debatam sobre os temas transversais na escola, mesmo se for por recomendação do Ministério da Educação (MEC).

Nas descrições analisadas, esse Pânico Jurídico é revelado através da ideia de que o projeto EsP servirá para “amordaçar” os supostos doutrinadores, isto é, por meio de um substituto ao art. 3º da LDB, irá reduzir ao silêncio os professores que supostamente cometem abusos. Essa proposta de ementa é apontada como uma necessidade de proteger o direito à religiosidade. Além disso, pode indicar supostas fragilidades na Constituição

Federal, na LDB e no Plano Nacional de Educação de não assegurarem aos pais, às mães, aos tutores e aos alunos proteção contra a violação de seus direitos no âmbito escolar, sobretudo, um suposto desrespeito às crenças religiosas dos estudantes.

Por último, Silva (2018) analisou algumas obras que apontam que o debate a respeito do uso da expressão ‘ideologia de gênero’ é sempre movido por um discurso falacioso. Para ele, trata-se de um conceito elaborado por intelectuais católicos que visam frear o avanço das pautas feministas e LGBTQIA+. Seu uso é retrógrado por tentar barrar a consolidação de valores básicos da democracia, a igualdade e o respeito à pluralidade e à diversidade. O termo ‘ideologia de gênero’ foi proposto pelos setores religiosos, políticos e culturais conservadores para atacar as conquistas e os avanços no tocante ao gênero, sobretudo no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos e à sexualidade (MARTINS; TEIXEIRA, 2019). Para isso, proveem-se de estratégias discursivas que “incitam a intolerância e o ódio às mulheres (...) bem como contra os sujeitos com identidades de gênero ou orientações sexuais desviantes da norma” (SILVA. 2018, p. 17).

Ao analisar os movimentos ultraconservadores que se utilizam do conceito de ‘ideologia de gênero’, Mattos (2018) afirma que existe um forte investimento de membros do alto escalão da Igreja Católica em interditar o debate acerca da desnaturalização das hierarquias sexuais e de gênero. Para essa autora, desde a década de 2000 que o esforço tem se concentrado no combate ao que se denominou de ‘ideologia de gênero’, com fins de mobilizar a sociedade civil a pautar a defesa da moral, dos bons costumes e da família heterossexual e nuclear. Os setores conservadores também usam uma tática para associar as “demandas relativas ao gênero às noções de perversão e pedofilia, em referência a estereótipos historicamente atribuídos às identidades LGBTQI+” (MARTINS; TEIXEIRA, 2019, p. 164).

É nesse cenário que as referidas autoras chamam a atenção para a existência de uma verdadeira cruzada moral contra o gênero e defendem que a Igreja Católica é a grande protagonista dessa cruzada religiosa antigênero nos países do continente latino-americano, devido ao fato de o catolicismo ser a religião predominante nesses países. Todavia, apontam que o êxito das práticas discursivas contra o gênero só é possível graças à capacidade dos representantes católicos de constituírem alianças com diferentes expressões do campo político conservador e com outras correntes religiosas cristãs, protestantes e neopentecostais, além de grupos islâmicos.

Corroborando essas afirmações, Borges e Borges (2018) ressaltam que existe uma polarização de argumentos entre grupos políticos e políticos da bancada religiosa contra os políticos da esquerda, professores e ativistas do movimento LGBTQIA+. Para as referidas autoras, o debate gira em torno da categoria acusatória ‘ideologia de gênero’, na qual os argumentos sustentam a ideia de uma ameaça que incentiva “a homossexualidade, uma livre escolha sobre o gênero, a destruição da família tradicional e dos conceitos de homem e mulher” (BORGES; BORGES, 2018, p. 4). A partir da propagação dessas ideias, essas autoras afirmam que há um recorrente pânico moral e constantes mobilizações em relação às questões de gênero e à sexualidade nos planos de educação.

Diante do exposto, podemos afirmar que os resultados de nossa pesquisa convergem com os da literatura sobre o tema e que o discurso religioso esteve presente nas falas dos deputados favoráveis ao projeto EsP. As descrições defendem a alteração na LDB alegando uma falta de proteção aos direitos de liberdade de consciência e religião amparados pela Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto San José da Costa Rica (1969). Além disso, posicionam a religião cristã como ameaçada por uma doutrinação esquerdista e atea. Os discursos construídos para defender o projeto EsP produzem um cenário de insegurança para os grupos e as famílias religiosas através da promoção de um pânico moral/jurídico e da criação de uma suposta ameaça marxista, comunista e esquerdista.

Para Borges e Borges (2018), esses discursos são eficientes, porque atingem pontos cruciais da cultura brasileira. Segundo as autoras, as falas desses grupos conservadores proporcionam um ‘acontecimento’ social, porque pretendem, por meio da persuasão, mobilizar emocionalmente pessoas, sem um prévio conhecimento dos temas abordados, divulgando um medo crescente da destruição da família e de seus valores tradicionais.

No Brasil, igrejas neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus, têm uma grande expressão no campo político, já que conseguem eleger seus representantes e influenciar diversos setores da sociedade, o que, em tese, dificulta o avanço de pautas chamadas progressistas, como a defesa da legalização do aborto e das drogas e a igualdade de gênero (RUIBAL, 2014 *apud* MARTINS; TEIXEIRA, 2019). Nas eleições de 2022, um número considerável de deputados federais e senadores, que se declararam evangélicos, foram eleitos para a legislatura de 2023-2026. De acordo com Sestrem (2022), a bancada evangélica teve um recorde de membros, em comparação com a última composição, com um aumento de quase 19%, de 112 deputados e 11 senadores para 132 deputados e 14 senadores.

Para Martins e Teixeira (2019, p. 166), a expansão constante do movimento pentecostal, no âmbito político, já ocorre há meio século e foi possibilitado quando foram incorporados nos discursos de campanha “dispositivos que esfarelavam questões caras para o feminismo, como a igualdade de gênero e a orientação sexual, que atualmente representam, por esses discursos, uma ameaça à pátria e ao que é considerado família do bem”.

Junto disso, o discurso científico esteve presente nas falas dos congressistas, com o intuito de legitimar a religião como detentora de valores que transcendem outros saberes sobre o homem. O relato do deputado Wilson (PSC-PR) diz que os esquerdistas veem o homem como um mero objeto de estudo científico. Em contrapartida, os cristãos enxergam o ser humano através do amor. Reforça-se, assim, um conflito entre a ciência e a religião, no qual é endossado que a primeira fere os valores da segunda. Essa visão é estabelecida no projeto EsP na medida em que se pressupõe que a família é a instituição educadora por excelência. Assim, a família é privilegiada como instituição educadora em detrimento da escola, uma vez que o ensino deve ser guiado em concordância com as convicções dos pais dos alunos. Esse grupo compreende que as questões de gênero e de sexualidade ferem a liberdade da família para educar seus filhos conforme suas crenças (BORGES; BORGES, 2018).

Vê-se, então, que os relatos dos deputados favoráveis ao projeto EsP visam defender um sistema familiar que, segundo eles, encontra-se com seus valores tradicionais ameaçados pelos ideais da esquerda. Vemos, então, que o modelo de família defendido diz respeito a uma configuração muito específica, portanto não engloba os vários tipos. Ao analisar os discursos de parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional brasileiro sobre a concepção de família defendida pelo Estatuto da Família, Dias (2017) destaca que os congressistas constroem sua visão baseados em duas dimensões: a de que a definição de família defendida pela FPE se constrói em oposição às ‘novas famílias’, e a que está relacionada à tentativa de manter e perpetuar os papéis tradicionais de gênero.

Com essas alegações, a autora afirma que a concepção de família defendida – ‘a família tradicional’, ‘a família de Deus’ – caracteriza-se como um discurso de verdade². Nesse sentido, busca-se, através do campo legislativo, defender um modelo único de família como legítima. Portanto, posicionar-se favoravelmente a uma normalização em torno da

² Para Foucault (2015, p. 51), “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”, na medida em que cada sociedade estabelece o seu próprio regime de verdade, o qual se configura a partir dos tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros.

família visa combater novos discursos acerca da existência de novos modelos familiares, sobretudo, a homoparentalidade, “que se configuram como ameaças ao discurso que se pretende hegemônico” (DIAS, 2017, p. 57).

De acordo com a referida autora, a defesa da entidade familiar, como um núcleo social formado a partir do casamento de um homem e de uma mulher, encontra sustentação em um componente religioso que compreende a homossexualidade como um pecado por não estar de acordo com o que dizem as escrituras bíblicas. Dessa maneira, as novas configurações familiares representariam uma ameaça à sociedade, por questionarem uma ordem religiosa vigente, que estabelece papéis para os gêneros, só considera o sexo de nascimento das pessoas e legitima uma sociedade sexista e homofóbica (DIAS, 2017).

Sob o ponto de vista de Sung (2015, p. 6), o combate a modelos de famílias de relações afetivo-sexuais não tradicionais é resultado da visão de um ‘mundo’ “como lugar de pecado e de tentações que levam à perdição” e onde a homossexualidade é vista como uma desobediência aos mandamentos de Deus. Assim, podemos inferir que combater a ideia de os meninos usarem saias não é apenas uma naturalização do sistema binário sexual (masculino e feminino), mas obedecer aos preceitos divinos.

Para esse autor, existe uma relação direta entre a teologia da prosperidade, doutrina que prega que Deus proverá a prosperidade para os que obedecem aos seus ensinamentos, e a defesa da família cristã, pois, para ‘tomar posse’ do que Deus reservou para seus seguidores, é preciso seguir seus mandamentos que, na atualidade, representam a luta contra a homossexualidade e o casamento de pessoas do mesmo sexo (SUNG, 2015).

É importante ressaltar, ainda, que os discursos dos deputados favoráveis ao projeto a quem para o que Fiorin (1984) chama de alteração do algoritmo narrativo, isto é, transferem para o outro a responsabilidade de suas ações. Nessa perspectiva, esses parlamentares ocultam as causas reais de suas performances no plenário e, em seus discursos, transformam as performances em sanção. As ações idealizadas por meio do projeto de Lei tornam-se uma sanção ao fazer dos doutrinadores esquerdistas destruidores da pátria e da família tradicional, ou seja, a construção da ementa que visa alterar o art. 3º da LDB não derivaria de possíveis interesses, mas de uma radicalização da oposição, que, supostamente, pretende implantar uma ditadura da minoria no campo do Legislativo.

Para legitimar essa visão, os relatos dos adeptos ao projeto EsP constroem representações dos opositores da pauta e os posicionam como uma minoria ruidosa, raivosa, perseguidora, mentirosa, contrária aos valores morais, desastrosa e doentia. Difundem,

assim, uma ideia que pretende desqualificar completamente a visão política de seus adversários. Na estratégia de culpabilizar o oponente, ao mesmo tempo em que se nega a responsabilidade do falante, faz-se com que suas ações ganhem expressão de uma “justiça imparcial” (FIORIN, 1984). Nessa situação, culpar os professores esquerdistas pelas mazelas da sociedade brasileira é suporte discursivo para ameaçar e perseguir essa categoria profissional e os que se opõem a uma visão de mundo conservadora. Amorim e Gomes (2016, p. 36, grifo das autoras) entendem que, embora esse grupo político se autodeclare ‘não ideológico’, é evidente o seu alinhamento discursivo com os partidos de direita. Segundo as autoras, ao se posicionar como ‘não ideológico’, o que o movimento EsP deseja é manter um projeto de sociedade conservador.

Por último, outra questão importante a ser observada nas descrições diz respeito aos argumentos que expressam a defesa de uma neutralidade no âmbito escolar. Para Bittencourt (2017), é impossível dissociar a reflexão política da dimensão escolar, porque o processo pedagógico é um ato social. O autor afirma que o projeto EsP, ao pregar a neutralidade da educação como forma de combater uma suposta doutrinação político-partidária, fundamenta-se em uma visão tendenciosa, ao confundir partidarismo com política, com o claro objetivo de retirar da dimensão educacional a necessária análise dos fenômenos concretos da práxis política.

De acordo com o referido autor, o discurso acerca da neutralidade é contraditório, posto que o projeto EsP, ao se colocar contra as manifestações ideológicas na área da educação, torna-se, ao mesmo tempo, ideológico. Defende, portanto, que a estratégia discursiva do EsP visa mascarar os reais interesses em despolitizar a educação. Ele entende que a ideia de neutralidade auxilia a adequar uma massa alienada ao tecnicismo e a defender as pautas reacionárias dos partidos do espectro da direita conservadora incompatíveis com os paradigmas modernos da laicidade política.

Nessa perspectiva, Bittencourt (2017, p. 123) afirma que a ideologia do movimento EsP pretende excluir do âmbito educacional as pautas comumente associadas ao espectro da esquerda progressista. Por meio de uma estigmatização da crítica política, o movimento EsP permite que as ideias direitistas encontrem um espaço livre para sua transmissão. Essa estratégia visa degradar as bases democráticas da sociedade brasileira para “favorecer a hegemonia dos grupos políticos caracteristicamente obscurantistas e adeptos do discurso truculento afiliado ao fascismo”.

O referido autor assinala que os temas culturalmente polêmicos, que contestem, de alguma forma, a estruturação do *status quo*, tornam-se alvos desses grupos conservadores que, através de sua inserção no Legislativo, instauram um verdadeiro Pânico Jurídico aos supostos detratores dos valores morais tradicionais. Ele chama a atenção para o perigo de um possível “silenciamento da análise crítica em nome da pretensa harmonia pedagógica” (BITTENCOURT, 2017, p. 123), porque isso legitimaria a barbárie, uma vez que as vozes de dissenso seriam caladas, e o padrão de valores dominantes seria validado. Afirma, ainda, que o discurso da neutralidade visa culpabilizar os docentes pelos problemas estruturais da vida pública e os torna uma espécie de bodes expiatórios da degradação social.

Para além disso, Bittencourt (2017) afirma que o planejamento educacional estabelecido pelos ideólogos do movimento EsP, que fundamentam a base do projeto EsP, pressupõe uma distinção entre educação e instrução na qual caberia aos pais exercerem a primeira função, e aos professores, a segunda. O autor trata essa distinção como um equívoco, por considerar que “educar é cultivar, formar, construir, de modo a realizar no sujeito sua capacidade de agir autonomamente como ator social em suas mais diversas segmentações” (BITTENCOURT, 2017, p. 126). Portanto, os pais não são os únicos responsáveis pela atividade educacional, mas também todos os profissionais pedagógicos.

O ensino deve ser tanto pluralista quanto a própria sociedade, e convém que nela possam encontrar lugar estilos e tendências diferentes (...). A criança vai à escola para se pôr em contato com o saber de sua época, não para ver confirmadas as opiniões de sua família (SAVATER, 2012, p. 163-164 *apud* BITTENCOURT, 2017, p. 127).

A partir dessa visão, esse autor defende que não existem saber nem ação desinteressados, pois a defesa incondicional da neutralidade axiológica pautada no movimento EsP se configuraria como uma tomada de decisão, ou seja, uma escolha particular mobilizada por interesses de determinado grupo político. Para o autor, exigir uma suposta neutralidade só denotaria uma tendenciosidade reacionária que se utilizaria de uma desonestidade intelectual para insistir na defesa dessas pautas.

A rigor, todo o conhecimento educacional é manipulado pelo professor que organiza e planeja as suas aulas e textos-base, o que cabe investigar é se tal processo de manipulação é ideológico ou não, isto é, se visa esclarecer os agentes sociais sobre as contradições intrínsecas das relações sociais ou se ratifica o *status quo*, naturalizando piamente suas bases autoritárias

como se fosse efetivamente democráticas (BITTENCOURT, 2017, p. 128).

Comungando dessas ideias, Gemelli (2020) afirma que, embora o movimento EsP se fundamente no discurso da neutralidade e do apartidarismo, ele foi acolhido pelo espectro dos partidos de direita e de extrema direita. A autora defende que ele tem interesses mais profundos e menos visíveis associados ao alastramento de uma “ideologia gerencialista” e à retomada de uma educação tecnicista. Gaulejac (2007) enuncia que o poder gestor configura-se a partir da representação do humano como um recurso a serviço da lógica empresarial, o que contribui para sua instrumentalização. Trata-se de uma tentativa de “controlar e neutralizar o trabalho docente, em um amplo processo de despolitização da educação e eliminação da pluralidade de concepções pedagógicas garantidas pela LDB” (GEMELLI, 2020, p. 293). Não é à toa que o projeto EsP se pauta em defender a exclusão das disciplinas que estimulam o pensamento crítico (Artes, Filosofia, Sociologia) em favor das que têm como prioridade a formação tecnicista.

Já Darcoletto e Krelink (2020, p. 117), ao fazer uma análise à luz do materialismo histórico-dialético, remetem às origens do positivismo e à ideia de neutralidade científica e afirmam que há algo em comum com o movimento Escola sem Partido, pois “tanto a neutralidade científica, proposta pelo Positivismo, quanto a tentativa de impor aos professores a neutralidade no trato dos conteúdos escolares, idealizada pelo Movimento Escola sem Partido”, “colocam-se em um terreno neutro, limpo e isento de qualquer ‘sujeira moral’ e/ou ‘qualquer tipo de interesse’” (Grifos dos autores). Os referidos autores acrescentam que o objetivo do movimento EsP, ao pautar a defesa da neutralidade, é de “negar o caráter histórico da luta de classes e dos sujeitos”, favorecendo a manutenção da hegemonia de determinada classe social.

Oliveira (2018, p. 16), ao realizar uma análise sobre o projeto EsP, chama a atenção para a existência da mentalidade conservadora produzida através da conciliação do liberalismo econômico com o pensamento autoritário, patriarcal e ditatorial e afirma que o projeto EsP é uma tentativa de conservadores com articulações políticas, sociais e religiosas de manterem o aparelho ideológico, por meio do âmbito legislativo, com o objetivo “de encobrir o etnocídio e o genocídio das populações pobres e negras, além de programar e perpetuar uma normatividade social por meio da promoção de seus discursos que envolvem heteronomias e pensamentos hegemônicos”. Em outras palavras, a autora defende que, nos discursos e nos ideários do projeto EsP, encontra-se encoberto o pensamento eugênico.

Cabe salientar, ainda, que os relatos analisados nesta pesquisa foram produzidos em um contexto político favorável aos defensores do projeto EsP, tendo em vista que as reuniões analisadas ocorreram depois que o ex-presidente Jair Bolsonaro, defensor da proposta, venceu a eleição presidencial ocorrida nos dias 07 e 28 de outubro de 2018. O grupo se sentia, então, fortalecido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, com base na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva, investigamos os argumentos acionados em defesa do projeto EsP, a partir da análise de falas de parlamentares que integraram a Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a dar parecer ao mencionado projeto em 2018. Nosso foco foi a análise dos relatos dos deputados favoráveis ao projeto EsP, entretanto, algumas falas dos deputados contrários ao PL foram apresentadas para situar o contexto em que as descrições foram produzidas. Durante a análise, identificamos os argumentos que foram empregados para garantir a factualidade discursiva e o que os discursos objetivavam alcançar.

Os relatos dos deputados demonstraram que a defesa do projeto EsP é fundamentada na ideia de que existe uma ameaça de “doutrinação esquerdista”, marxista, comunista, leninista e socialista no âmbito escolar. Para os parlamentares, esse espectro político contaminou o projeto pedagógico das escolas, com sua visão político-partidária, e ocasionou uma destruição do ensino, ao se aproveitarem da audiência cativa dos alunos para torná-los militantes dos partidos de esquerda. Notamos, a partir disso, que as descrições exigem que as instituições escolares públicas adotem uma postura neutra, tendo em vista que os congressistas, defensores do projeto EsP, acreditam que os docentes têm uma visão unilateral, de esquerda, preconceituosa e tendenciosa das questões políticas e sociais. Destarte, argumentam que o projeto EsP intenciona promover a isonomia na educação e garantir um ensino sem fins ideológicos, políticos e partidários, ou seja, ‘sem partido’. Para esse fim, priorizam um ensino conteudista, em que se enfatiza a mera transmissão de conteúdos em detrimento dos temas transversais que versam sobre questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea.

Além disso, observamos que os deputados defensores do projeto EsP contestam a educação sexual nas escolas com base na crença de que existe uma “ideologia de gênero”. Os relatos apontam que a inserção dos temas que abordam a educação sexual nas escolas, adotados nos governos de esquerda, desviaram-se dos valores tradicionais brasileiros porque abordam pornografia, ensinam sexo às crianças e produzem saias para meninos usarem. Portanto, promoveram a destruição da inocência das crianças.

Essas descrições estão atreladas a uma visão religiosa explicitada na ideia de proteção da família tradicional cristã. Elas afirmam que o projeto é legítimo, porque a defesa da liberdade de consciência e de religião está assegurada pela Convenção Americana de

Direitos Humanos. O discurso jurídico é empregado para afirmar que a Constituição Federal, a LDB e o Plano Nacional de Educação não se revelam imparciais ao protegerem os direitos dos professores em detrimento dos direitos dos pais, das mães e dos alunos. Já o discurso científico aparece nas descrições rivalizando os saberes da ciência e da religião na medida em que afirmam que a objetividade científica – ao contrário da religião – orienta as posturas daqueles que são contrários ao projeto e é incapaz de compreender a dimensão afetiva e emocional do ser humano. Afirmam, com isso, que as bancadas de situação e oposição se encontram em “dimensões diferentes”, uma vez que os defensores do projeto compreenderiam, por meio do amor cristão, essa dimensão do ser humano. Por outro lado, como os opositores não têm valores cristãos, entenderiam o ser humano apenas como “objetos duros”.

Diante disso, as descrições posicionam os opositores categorizando-os como uma “minoria ruidosa”, atea, mal educada e distante da doutrina cristã, o que contrasta com uma “maioria silenciosa” e cristã, logo, educada e obediente aos princípios divinos. Além disso, o uso de algumas palavras e expressões, como ‘um fascismo’, ‘a doutrina de Hitler’, ‘inferno’ ‘vociferam’, ‘ateus’ e ‘maldita’ propiciaram uma força mais expressiva no discurso, visando desqualificar a esquerda.

Nas descrições dos deputados favoráveis ao projeto EsP, destacamos o uso de uma série de recursos retóricos, com o intuito de tornar suas falas mais fidedignas. De maneira geral, observamos que o uso desses recursos visou desenvolver a identidade dos deputados para apresentá-los como confiáveis, na medida em que suas descrições demonstravam ausência de conveniência, ou seja, com frequência, eles não fizeram afirmações próprias, mas comunicaram afirmações. Em outras palavras, posicionaram-se distantes em relação ao que comunicavam e transferiram para o outro ou para uma instância material a responsabilidade de suas ações. Nesse contexto, os mecanismos retóricos foram empregados para construir as descrições como se fossem factuais. Além disso, os recursos utilizados propiciaram as construções das descrições como se elas fossem independentes do falante, visto que pretenderam desviar a atenção dos possíveis interesses e responsabilidades do agente discursivo, neste caso, dos deputados favoráveis ao projeto EsP.

O movimento Escola sem Partido é uma iniciativa de grupos conservadores organizados com ampla articulação com as bases parlamentares. Com algumas ofensivas no campo legislativo, pretendem modificar radicalmente o art. 3º da Lei de Diretrizes de Bases da Educação, que, fundamentada na Constituição Federal, assegura “liberdade de aprender,

ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, referenciando o modelo de práticas pedagógicas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Os interesses do projeto EsP violam, portanto, princípios constitucionais que asseguram a liberdade de expressão no ambiente escolar.

Os ataques à educação sexual, nas escolas, contribuem para reproduzir e perpetuar os preconceitos sexistas, a violência de gênero e a heteronormatividade. A abordagem de temas como gênero e orientação sexual é fundamental para a formação de identidades, uma vez que oportuniza aos alunos questionamentos, reflexões e discussões na construção do conhecimento acerca da sexualidade humana. É a escola um dos principais ambientes para a construção de saberes e onde os alunos se deparam com as diferenças, sobretudo, as de gênero. Por essas razões, é importante que o ambiente escolar proporcione espaços de desenvolvimento de uma consciência crítica e de práticas sociais fundamentadas no respeito às diferenças.

Concluimos que o movimento EsP, a partir de uma narrativa anticomunista, antigênero e de sua articulação com a bancada conservadora do Congresso Nacional, fomenta discursos contrários à liberdade de expressão no ambiente escolar, amplamente garantida pela Constituição Brasileira, na medida em que defendem a eliminação do livre debate das questões de gênero, da política, da sexualidade e da religião nas salas de aula.

Sabemos que qualquer pesquisa, qualitativa ou quantitativa, tem suas limitações, todavia entendemos que esta pesquisa é relevante por buscar compreender o processo de legitimação argumentativa do movimento Escola sem Partido. Isso significa que nosso trabalho ajuda a entender como o pensamento conservador constrói, valida e qualifica determinada visão de mundo e como desqualifica outras versões alternativas.

Nesse sentido, esperamos ter contribuído com a produção e a sociabilização do conhecimento acerca das construções discursivas que legitimam o movimento EsP e sua articulação no âmbito Legislativo e que, com outras produções, possamos defender a liberdade de expressão das diferenças, de opinião e de pensamento no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200014>
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 80, p. 71-96, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000200004>
- AMORIM, Marina Alves, GOMES, Ana Paula Salej. O conservadorismo saiu do armário! A luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola sem Partido. **Revista Artemis**, v. 22, n. 2, p. 32-42, 2016. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/3296>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, p. 1-10, 2019. <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>
- BILLIG, Michael. **Ideology and opinions: studies in rhetorical psychology**. London: SAGE publicacions, 1991.
- BITTENCOURT, Renato Nunes. A impossível neutralidade discursiva na práxis educacional e a improbidade ideológica da Escola sem Partido. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 191, p. 117-133, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/36386>. Acesso em: 25 jan. 2022
- BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p.1-23, 2018. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230039>
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4961/2019, de 11 de setembro de 2019**. Determina que os estabelecimentos de ensino incluam, em seus regimentos e estatutos, normas de valorização da diversidade cultural, social e de combate a qualquer forma de discriminação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2219655>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3741/2019, de 26 de junho de 2019**. Cria o Programa Escola sem Discriminação de educação para o combate à violência contra LGBTs voltado para professores de instituições públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2209589>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1189/2019, de 27 de fevereiro de 2019**. Institui o Programa Educação Democrática. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=219329424>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 502/2019, de 06 de fevereiro de 2019**. Institui o programa Escola Sem Mordação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21912712> Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 375/2019, de 05 de fevereiro de 2019**. Dispõe sobre a liberdade de opinião e pensamento. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191016>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 375/19, de 05 de fevereiro de 2019**. Acrescenta os § 3º e 4º ao art. 1º e os arts. 3-A e 80-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a liberdade de opinião e pensamento e dá outras providências, denominado Projeto de Lei Escola Livre. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191016>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 258/19, de 04 de fevereiro de 2019**. Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190772>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 246/19, de 04 de fevereiro de 2019**. Institui o "Programa Escola sem Partido". Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752> Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 10997/2018, de 20 de novembro de 2018**. Institui a Política Nacional de Liberdade para Aprender e Ensinar. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2186762>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 10659/2018, de 07 de agosto de 2018.** Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182388>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 10577/2018, de 11 de julho de 2018.** Altera o art. 3° da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2181575>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 8933/2017, de 25 de outubro de 2017.** Altera a Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional, para dispor que o ensino sobre educação sexual somente será ministrado ao aluno mediante autorização dos pais ou responsáveis legais. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21583702>. Acesso em: 24 de jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 6005/2016, de 16 de agosto 2016.** Institui o programa 'Escola livre' em todo o território nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2094685>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 5487/2016, de 07 de junho de 2016.** Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2087086>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 867/2015, de 23 de março de 2015.** Dispõe sobre a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional do “Programa Escola sem Partido”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 24 jan. 2022

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 7180, de 24 de fevereiro de 2014.** Altera o art. 3° da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 7181/2014, de 24 de fevereiro de 2014.** Dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência

decenal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606723>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Brasília. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 jan. 2022.

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>

CARVALHO, Mateus Testoni. A Base Nacional Comum Curricular e sexualidade: crítica e resistência. **PESQUISAR–Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, v. 7, n. 13, p. 89-100, 2020. <http://orcid.org/0000-0003-2994-8295>

CÓLERA. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/colera/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. San José, v. 22, 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 25 jan. 2022.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1995.

COURA, A C M; CASTRO, R P de. Quem disse que a Educação Sexual não é conteúdo obrigatório? Provocações a partir do Escola sem Partido. **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade** [recurso eletrônico] /organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al] – Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. Disponível em: <https://seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/images/arquivo/103.pdf>. Acesso em 25 jan. 2022.

DA SILVA DARCOLETO, Carina Alves; KRELING, Geovani Roberto. O Movimento Escola sem Partido e o Positivismo: a pretensa “neutralidade” em questão. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, p. 105-118, 2020. <http://dx.doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2020.v29.n58.p105-118>

DE MATOS, Amanda Pedrosa. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a09.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

DIAS, Tainah Biela. Sobre religião, estado laico e cidadania LGBT+: a Frente Parlamentar Evangélica e a defesa da verdade sobre a família. 2017. [151 folhas]. Dissertação (Ciência e Religião) – Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1647>. Acesso em: 25 jan. 2022

ESCOLA SEM PARTIDO. **Sobre nós**, 2022. Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ESQUERDOPATA. In: **Dicionário Informal**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/esquerdopata/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

FERRARI, Márcio. Antonio Gramsci: um apóstolo da emancipação das massas. **Nova Escola**. Edição Especial 10, 2018. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/apostolo-emancipacao-massas-423092.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FIORIN, José Luiz. A inauguração da inocência. Uma estratégia do discurso do poder: a alteração do algoritmo narrativo. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, v. 4, p. 70-80, 1984. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/90481>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, Thiago (Org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 1. ed. Penápolis: FUNEPE, 2018. Disponível em: https://faculdaedefastech.com.br/fotos_upload/2022-02-16_10-06-51.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GAULEJAC, Vicent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida: Ideias & Letras, 2007. p. 35-61.

GARFINKEL, Harold. **Estudos de etnometodologia**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2018.

GEMELLI, Catia Eli. A quem serve a “neutralidade”? Análise do Movimento Escola sem Partido à luz da ideologia gerencialista. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 35, p. 288-309, 2020. <https://orcid.org/0000-0002-7163-0494>

GERGEN, Kenneth J. **Social Construction in Context**. London: Sage publicacion, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 244-270.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Disponível em:

https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1349631_Antonio_Gramsci___Cadernos_do_carcere___vol_II.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

GROFF, Apoliana Regina *et al.* A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n. 2, p. 1431-1444, 2015. <https://doi.org/10.21723/riace.v10i6.8329>

LOPES, Ana Sofia. Análise comparativa de duas técnicas de pesquisa: análise documental e entrevista. **Jnews**, 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/analise-documental-e-entrevista/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTÍNEZ-GUZMÁN, Antar; STECHER, Antonio; ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio. Aportes de la psicología discursiva a la investigación cualitativa en psicología social: análisis de su herencia etnometodológica. **Psicologia USP**, v. 27, n. 3, p. 510-520, 2016. <https://doi.org/10.1590/0103-656420150046>

MARTINS, Francine Netto; TEIXEIRA, Alessandra. O horror à igualdade: o discurso da “ideologia de gênero” no Movimento Escola sem Partido. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 11, p. 161-181, 2019. <https://doi.org/10.9771/peri.v2i11.29291>

MATTOS, Pedro Danilo. **O Escola sem Partido e o direito à qualidade da educação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Escola de Filosofia Letras e Humanas, Guarulhos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/49150>. Acesso em: 25 jan. 2022

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

MORDAÇA. In: **Priberam**. Dicionário online de português contemporâneo, 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/morda%C3%A7a>. Acesso em: 26 jan. 2022.

NAGIB, Miguel. Quem disse que educação sexual é conteúdo obrigatório? **Escola sem Partido**, 2013. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/quem-disse-que-educacao-sexual-e-conteudo-obrigatorio>. Acesso em: 24 jan. 2023.

NASCIMENTO, Maria Lívia; CHIARADIA, Cristiana de França. A retirada da orientação sexual do currículo escolar: regulações da vida. **Sisyphus Journal of Education**, v. 5, n. 1, p. 101-116, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5757/575763876007.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

NEOLOGISMO. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/neologismo/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

OLIVEIRA, Cristiane. “Libertar o brasileiro de seu *cativeiro* moral”: identidade nacional, educação sexual e família no Brasil da década de 1930. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 507-516, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300004>

OLIVEIRA, Fátima Modesto de. Do Partido do Ensino à Escola sem Partido: um apartidarismo partidário. In: **Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais**. São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.conlab2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1541987776_ARQUIVO_ArtigoDoPartidodoensinoaEscolasemPartidoumapartidarismopartidario.pdf. Acesso em: 07 fev. 2023.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de. A Psicologia Social Discursiva. In: CAMINO, Leoncio *et al* (Orgs.). **Psicologia Social: temas e teorias**. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Technopolitik, 2013. p.467-511.

PAU QUE DÁ EM JOÃO DÁ EM SEBASTIÃO. In: **Dicionário Informal**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/o+pau+que+d%E1+em+chico+d%E1+em+francisco/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

POTTER, Jonathan. **La representación de la realidad: discurso, retórica y construcción social**. Londres: Sage publicacions, 1998.

POTTER, Jonathan. Discursive Psychology: between method and paradigm. **Discourse & Society**, v. 14, n. 6, p. 783-794, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239513805_Discursive_Psychology_Between_Method_and_Paradigm. Acesso em: 25 jan. 2022.

POTTER, Jonathan; WETHERELL, Margaret. **Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behavior**. London: Sage Publications, 1987.

RASERA, Emerson Fernando. A Psicologia discursiva nos estudos em psicologia social e saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 13, n. 3, p. 815-834, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844512004.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

RIBEIRO, Flávia Regina Guedes. Controvérsias como práticas discursivas: uma abordagem retórica. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 557-578, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/7XwYTYRfRzmkzNdjxDCrrBN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 jan. 2022.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. Revisitando a história da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa (Org.). **Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar**. Caderno Pedagógico Anos Iniciais. 2. ed., Rio Grande: FURG, 2008. p. 11-16. Disponível em: http://www.sabercom.furg.br/bitstream/123456789/1719/2/Revisitando_a_historia_da_educacao_sexual_no_Brasil.pdf. Acesso em 25 jan. 2022.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. 1. ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25. Disponível em: https://books.google.de/books?id=K2gni9_O-7wC&pg=PA198&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 25 jan. 2022.

RIESEBRODT, Martin. A ética protestante no contexto contemporâneo. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 24, n. 1, p. 159-182. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/mc8WgXHtRTDNc5H6qmkcD9R/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/tM4btpprcSKfZTJQDTwj99t/?lang=pt>. Acesso em 06 fev. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, v. 15, n. 53, p. 11-19, 1985. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1372>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SESTREM, Gabriel. Bancada evangélica terá recorde de membros para enfrentar pautas progressistas no Congresso. **Gazeta do Povo**, 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bancada-evangelica-congresso-tera-recorde-membros-proxima-legislatura/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

SILVA, Ivanderson Pereira da. Em busca de significados para a expressão “Ideologia de Gênero”. **Educação em Revista**, v. 34, p.1-30, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-4698190810>

STAKE, Robert. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2010.

SUNG, Jung Mo. Prosperidade sim, família homossexual, não! A nova classe média evangélica. **Psicologia USP**, v. 26, n. 1, p. 43-51, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20140011>

VOCIFERAM. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/vociferam/>. Acesso em: 26 jan. 2022

WIGGINS, Sally. **Discursive Psychology: theory, method and applications**. London: Sage publicacions Ltd., 2017